

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia Humana

Juliana Guilherme da Silva

**TURISMO EM PICINGUABA:
COMENTÁRIOS SOBRE UMA (nova) REGIÃO TURÍSTICA**

Trabalho de Graduação Individual
Apresentado ao Departamento de
Geografia como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Bacharel
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo – 2016

Resumo:

Este trabalho pretende ser uma singela contribuição sobre o turismo na região do litoral norte de São Paulo. Mais especificamente é uma explanação sobre a regularização fundiária do Parque Estadual da Serra do Mar na área correspondente ao Núcleo Picinguaba e suas implicações sobre a população caiçara considerando o contexto de expansão do turismo como possibilidade e realidade.

Teoricamente consideraremos uma abordagem que se centra na análise da divisão regional do trabalho e suas variações, que mesmo diante do aspecto de homogeneização do espaço econômico da produção capitalista, a região seria capaz de expor as especificidades do capital mundial no litoral norte de São Paulo, tendo em mente, que este lugar faz parte da totalidade do sistema reprodutor de mercadorias, mas enquanto periferia desse sistema, carrega em si particularidades que teriam a capacidade de expor os diversos movimentos contraditórios da expansão do capital.

Já o turismo será entendido a priori como um fenômeno / uma expressão da lógica de reprodução do sistema capitalista e não como objeto de estudo da Geografia, pois tal visão incorreria numa prática de mera descrição dos lugares e tipificações do turismo. Ao contrário do que prega o discurso ambientalista que dá razão e vazão para o turismo em sua forma “natural” supomos este enquanto um fenômeno do processo geral de expropriação do homem de sua terra, seus meios de produção e sua forma de compreensão do mundo que o cerca, sendo possível assim, perceber a continuidade do processo de exclusão que é próprio do sistema capitalista.

Palavras – chave: Turismo. Litoral norte SP. Picinguaba. Caiçaras. Região. Parque Estadual da Serra do Mar.

Abstract

This paper intends to be a simple contribution on tourism in the north coast region of São Paulo. More specifically it is an explanation about the land regularization of the Serra do Mar State Park in the area corresponding to the Picinguaba Nucleus and its implications on the caiçara population considering the context of expansion of tourism as a possibility and reality.

Theoretically we will consider an approach that focuses on the analysis of the regional division of labor and its variations, that even in the face of homogenization of the economic space of capitalist production, the region would be able to expose the specificities of world capital in the north coast of São Paulo, bearing in mind that this place forms part of the whole reproductive system of commodities, but as periphery of this system, it bears in itself peculiarities which would have the capacity to expose the various contradictory movements of the expansion of capital.

Tourism, however, will be understood a priori as a phenomenon / an expression of the logic of reproduction of the capitalist system and not as an object of study of Geography, since such a vision would incur a mere description of places and typifications of tourism. Contrary to what the environmentalist discourse that gives reason and flow to tourism in its "natural" form preaches as a phenomenon of the general process of expropriation of the man of his land, his means of production and his way of understanding the world that It is possible to perceive the continuity of the process of exclusion that is proper to the capitalist system.

Key – words: Turism. North Coast SP. Picinguaba. Caiçaras. Region. Serra do Mar State Coast.

Sumário

- Apresentação	5
- Metodologia	9
- Uma ressalva sobre o conceito de Região	11
- Breve trajetória da região do litoral norte com a lógica mercantil: Da chegada europeia ao turismo moderno	15
- O discurso da paisagem na Geografia	24
- Da crise ecológica dos recursos naturais à natureza enquanto dádiva: A Vila de Picinguaba e o Parque: processo de expropriação e discurso da paisagem:	29
- Condições Lógicas: A (eterna) arte de expropriar o trabalhador: Suporte teórico para uma discussão da crise ecológica: a natureza enquanto recurso natural	37
- A Falácia Do Tempo Livre	45
- Referências Bibliográficas	51

Apresentação:

Para findar o curso de Geografia há a inevitabilidade do TGI, de sua pesquisa e ainda de sua defesa diante de uma banca de acadêmicos muito mais familiarizados e seguros com as ideias que lhe são apresentadas. Essa obrigatoriedade conflita com a construção da crítica sobre a produtividade do mundo da reprodução da mercadoria que tanto li nas últimas disciplinas que cursei. Depois de inúmeros textos, posicionamentos e ideias contra esse imperativo de se produzir em todas as instâncias que permeiam a vida de uma pessoa, a academia entende o famigerado Trabalho de Graduação Individual como um probatório necessário – o que acaba por gerar uma numerosa desistência no departamento de Geografia, além de se tornar um processo extremamente supervalorizado por parte dos alunos, que acaba por transformá-lo em uma quimera.

Superando isso, preciso dizer que este trabalho é apenas alguma tentativa de compreensão das relações sociais absurdamente caóticas do mundo de hoje. Essa tentativa se sustenta em especificidades extraídas justamente desse caos e que por isso não chegam à porta ou aos pés de alguma compreensão realmente válida.

O primeiro momento que aparece no processo de escrever o TGI da Geografia é o de escolher seu objeto de estudo – a primeira grande cancela que se tem a abrir: Como delimitar um objeto de estudo sendo que no próprio histórico de cientificação da Geografia não se soube por muito tempo qual era seu objeto?

A escolha que aparenta ser ao léu se deu principalmente pela experiência vivida na disciplina de Geografia do Turismo: O curso foi ministrado com a tentativa de mostrar como o turismo poderia ser uma potencial atividade econômica em que, por um lado, a necessidade de lazer do turista era saciada e, por outro lado, aquelas localidades passariam por uma nova oportunidade de desenvolvimento e crescimento econômico e ainda, de brinde, essa potencialidade estaria de acordo com as novas exigências ambientais dos nossos tempos que de cinzas deverão ser verdes.

Diante disso, o trabalho de campo da disciplina se sustentou na “experiência de ser turista”; na nossa apreensão acerca da atividade turística enquanto aquele momento vivido em 3 regiões litorâneas: Trindade, Parati (RJ) e Picinguaba (SP). Além disso, as aulas foram literalmente um tutorial de como ser um turista: exercícios que exigiam leituras de placas com informações de restaurantes, aeroportos, museus a serem

visitados e outros manuais oferecidos para os que viajam e o trabalho de campo era, a princípio, uma possibilidade para reconhecermos níveis diferentes de organização e planejamento turísticos: desde o turismo “mais bem estruturado” como o da cidade de Paraty (que tem na atividade seu maior desenvolvimento econômico para além do turismo de praia, já que é um lugar que tenta ser reconhecido pela gastronomia e pela FLIP – uma feira literária que acontece nos invernos - recebendo não apenas incentivos por parte do governo, mas também teve parte de sua hospedagens construídas com doações privadas de famílias), passando pelo turismo selvagem/de aventura representado pelas praias de Trindade e, nossa última visita em Picinguaba nos serviria como exemplo de uma forma de turismo que mantinha laços com sua comunidade mais antiga, os caiçaras – figuras essas que não nos foram apresentadas em Paraty e em Trindade.

Quando chegamos em Picinguaba chovia muito, o que dificultou as entrevistas com os moradores de lá, mas naquela situação um tanto adversa foi possível conversar com um pescador que havia nascido na Vila. Ele disse que a pescaria havia sido sua forma de trabalho desde sempre na pesca da tainha (bastante relevante nesse litoral) e que hoje, já presenciando um número maior de turistas, ele começara a fazer passeios de barco na alta temporada até as ilhas próximas. No decorrer da conversa quando perguntei se considerava o turismo uma atividade boa ou ruim para ele, me respondeu que preferia antes quando a praia de Picinguaba não recebia tantos turistas, e sua atividade era mais diretamente relacionada a fornecer excedentes (de pescado) para as populações (cada vez maiores) das praias maiores como Ubatuba e Santos e disse também que havia recebido uma oferta de compra da sua casa, mas que não cogitava a mudança para longe da praia.

Nesse momento final do trabalho de campo da disciplina de Turismo percebi que as atividades pesqueiras das comunidades locais não foram completamente eliminadas (o que possibilita a rotulação destes enquanto populações tradicionais) na região, mas se expressam de maneira subordinada à função turística e de veraneio, seja em sua materialidade com o fornecimento de insumos aos turistas e pousadas e restaurantes, seja em seu caráter 'simbólico', também consumido como mercadoria nas trocas com os turistas.

A partir desse momento foi possível realizar que há na Geografia um ramo que defende o desenvolvimento do turismo como atividade econômica isenta de ser uma outra organização que não aquela que apenas viabilize a manutenção das relações de produção e reprodução capitalistas e, portanto, isenta de qualquer dano, e por fim fora da

possibilidade da crítica. O turismo – conforme um belo planejamento – traria um desenvolvimento econômico em harmonia com o meio natural, além de dar razão aos mais que desejados momentos de lazer dos moradores dos centros urbanos. Acredito que esse turismo sustenta-se sobre uma noção específica de natureza que se limita à uma ideia comum de paisagem, especificamente as classificadas como “naturais” e, na união com o planejamento econômico estatal, foi defendido, ignorando assim tanto a crítica ao conceito de paisagem quanto uma mercantilização de uma dada configuração da natureza, quanto a permanência de relações propriamente capitalistas, que se expressam para além do fenótipo industrial dos séculos anteriores.

Esse primeiro contato com os caiçaras da Vila de Picinguaba trouxe à tona que o turismo veio por mudar e não proteger a vida da população caiçara, expulsando-os da orla marítima por via da especulação imobiliária ou, quando isso não acontecia, forçando-os a marginalizarem inúmeras relações de reprodução antes praticadas em prol da imposição de se adequarem às novas relações de trabalho que chegaram com a prática turística.

Partindo dessa primeira impressão, a ideia deste TGI era retornar a Vila de Picinguaba e destrinchar a relação entre os caiçaras e o parque que os legislou enquanto moradores de uma área de reserva integral e, dentro deste invólucro, tentar perceber como vem se tecendo essa nova relação entre terra, trabalho e a reprodução das relações de produção capitalistas numa região que ainda não passou pelos processos totalizantes de expropriação impostos às pessoas assalariadas dos centros urbanos.

A relação tecida neste trabalho sobre Geografia e o turismo entende este como uma expressão de uma nova relação sociedade e natureza, aonde esta última não é apenas recurso natural do processo produtivo industrial realizador de valor (produção de mercadorias), mas passa a ser produto/resultado do processo social constituído propriamente dentro das relações alienadas de trabalho e o turismo, além de expressar essa nova relação, também atua nesta inversão da posição da natureza diante de tal relação. Essa imposição metodológica de entender o turismo enquanto expressão de um fenômeno e não enquanto objeto de estudo da Geografia se faz pertinente para evitar uma análise meramente descritiva muito encontrada nas produções acadêmicas, visto que ao entender o turismo enquanto fenômeno entendemos que este é resultado e também condição de algo que pode estar além dele mesmo. O fenômeno do turismo nessa relação passa a ser uma nova oportunidade para o capitalismo de tentar resolver sua incapacidade de gerar valor. Para Alfredo, “se existe uma utopia urbana até nossos

dias de, uma sociabilidade não rompida com os ciclos naturais, a perspectiva turística põe a mesma nos padrões de uma indústria lucrativa, o que, por si só, reproduz uma hierarquia social própria do mundo da mercadoria.”¹

É dentro um pouco desse círculo que colhi os pontos que julguei capazes de revelar o que se supunha: o turismo enquanto um fenômeno do processo geral de expropriação do homem de sua terra, seus meios de produção e sua forma de compreensão do mundo que o cerca, ou seja, perceber a continuidade do processo de exclusão que é próprio do sistema capitalista.

No geral, o que se tenta revelar é a universalidade da especificidade periférica da reprodução ampliada do capital na localidade de Picinguaba. Para isso, se faz necessário ver a simultaneidade (acumulação e crise de acumulação) do processo como um elemento inerente à modernização do capital aonde a periferia deve ser colocada como um momento da crise geral de valorização do valor. Entendendo como um processo simultâneo de acumulação e não acumulação, a periferia deixa de ser aquele lugar “atrasado”, que com o decorrer do tempo chegaria ao mesmo desenvolvimento dos países centrais, e passa a ser partícipe comum do sistema produtor de mercadorias, apenas apresentando as suas formas específicas nesse sistema mundial, ou seja, suas particularidades.

E no particular a hipótese que parto é a de que o turismo em Picinguaba é um fenômeno que permite a manutenção da lógica capitalista de reduzir qualquer homem como pertencente apenas de sua força de trabalho. Cada vez mais a possibilidade de viver minimamente independente das formas de produção e reprodução próprias do capitalismo se esvai, ratificando na população caiçara deste litoral um processo de mobilização para mão de obra que envolve a retirada dos meios de produção desse povo, ações essas efetivadas pontualmente pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar e, numa escala mais abrangente, pelas determinações da lógica mercantil na sua forma turística.

Através de uma síntese específica e correlata das relações entre política e economia nessa região e seus principais desmembramentos, pretendo apresentar um raciocínio que delineie nesse movimento de especificidade x universalidade uma crítica (pouco tangível) ao turismo enquanto atividade economicamente sustentável, tentando perceber algumas características reveladoras do contrário, ou seja, de uma atividade

¹ ALFREDO, Anselmo. Geografia do Turismo: a crise ecológica como crítica objetiva do Trabalho, pág 39.

econômica própria do modo de produção capitalista, cuja síntese teria como base a existência de relações de trabalho não assalariadas, ainda não homogeneizadas pela separação completa entre o trabalhador dos meios de produção.

* * *

Metodologia

Nos anos de graduação são apresentadas diversas correntes de pensamentos sobre alguns conceitos que se fazem presentes mais na Geografia do que em outras ciências humanas. Dentro desse leque teórico há algumas escolhas que fazem sua definição e distinção pragmática para o entendimento desse TGI e do que pretendo expor.

Dentro desses estreitamentos teóricos o conceito de região que será utilizado para se referir às localidades aqui citadas é aquele considerado por Francisco de Oliveira² ao se discutir o planejamento da Sudene. Esse singular recorte conceitual se deu pelo desmembramento do trabalho em uma parte mais histórica e uma outra que se propõe apresentar alguns aspectos que seriam pressupostos da lógica do capital (propriedade privada, natureza, trabalho, etc) encontrados no desenvolvimento do turismo e suas formas específicas na periferia do sistema. Como não podemos autonomizar esse curso, busquei um conceito que explicasse a territorialização do capital através principalmente das ações das esferas políticas e econômicas que teriam o poder de “fechar” a região para outras formas de produção e reprodução que não aquelas que sejam de interesses desses agentes e por essa forma de pensar a região conseguiria analisar o fenômeno do turismo em Picinguaba enquanto expressão da relação sociedade e natureza dentro da reprodução ampliada do capital.

Esse trabalho não carrega em si a pretensão de mostrar como a atividade turística pode, em associação com o planejamento estatal, ser uma atividade economicamente (mais) benéfica em relação ao seu entorno, levando a crer no discurso de um

² OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(ligião).

desenvolvimento sustentável; não se pretende, portanto, construir uma práxis ou um método promotor que seja voltado para uma racionalização do capital.

Há alguns sujeitos que serão apontados pela sua personificação no papel de administrar as trocas entre o litoral norte com a lógica mercantil, como o Estado com seu projeto rodoviário da ditadura e com a criação do Parque Estadual - que vêm como medida ratificante dessas praias enquanto lugar turístico à medida da construção do conceito de paisagem natural vendido enquanto mercadoria no turismo. Por outro lado, não me aterei a buscar precisas definições ou mesmo me aprofundar no Plano de Manejo do PESM, visto que independente das restrições impostas sobre os já moradores, o que se pretende mostrar é que o fenômeno do turismo de massa vem por intensificar o processo de expropriação do caiçara, imprimindo nessa região especificidades da reprodução do capital.

Já o turismo será entendido a priori como um fenômeno / uma expressão da lógica de reprodução do sistema capitalista e não como objeto de estudo da Geografia, pois tal visão incorreria numa prática de mera descrição dos lugares e tipificações do turismo (no site do Ministério do Turismo há um trabalho sobre “Marcos conceituais do Turismo” e nele há 12 tipos possíveis de turismo e, portanto, de turistas desde turismo rural, de sol e praia até um turismo de saúde) reduzindo o fenômeno à tentativa de uma pragmaticidade benéfica revestida de planejamento.

Por outro lado, implica pensar que essa crítica do turismo enquanto expressão (e não objeto) também se faz relevante, na medida em que comporta uma análise histórica do processo econômico e social capitalista como um todo, abrangendo juntamente pressupostos lógicos que nos permitem compreender quais as condições que ainda direcionam nossa sociabilidade.

No segundo momento foi desenvolvida a parte empírica da análise, constando da visitação da área, registro fotográfico e a realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores e agentes envolvidos sobre o tema proposto: caiçaras da Vila de Picinguaba. Junto a essas teorias serão feitas conversas com os moradores mais antigos e mais jovens da vila de Picinguaba com o intuito de (através de um recorte temporal construídos nessas entrevistas) de descobrir mudanças na sua forma de reprodução.

Acho válido ressaltar que todos os conceitos aqui utilizados são de autorias de outros. Tanto aqueles usados pela defesa do planejamento turístico quanto aqueles conceitos da crítica que pretendem inclusive mostrar que este planejamento é viável apenas para o bom proveito do capital. Há de um lado o arcabouço teórico colocado na

disciplina de Geografia do Turismo que será a base previamente refutada e há os autores que entendem o mundo como uma troca de mercadorias e que fazem crítica da sociedade organizada em torno do trabalho enquanto característica basilar de sua reprodução contraditória.

Não pretendo comprovar nenhum lado e acredito que este trabalho não dará conta de nenhuma comprovação, muito menos dará conta de abarcar o fenômeno do turismo e as consequências possíveis que esse novo ramo econômico traz aos lugares que passa. Isso aqui nada mais é do que uma tentativa de perceber a universalidade do sistema produtor de mercadorias aqui na periferia dele entendendo suas particularidades como possíveis revelações de seu funcionamento.

*

*

*

Uma ressalva sobre o conceito de Região:

Um dos conceitos mais estudados na graduação foi o de região - desde os tempos da *regione* do Império Romano, quando a divisão regional é base para definição e exercício do controle na administração de um dado espaço, às definições sob influência da escola francesa lablachiana, passando pelos teóricos do desenvolvimento econômico que baseavam seus modelos numa perspectiva de solucionar desequilíbrios espaciais. O conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, da expansão das relações capitalistas de produção, e permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política e economia, além de debates no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc. O conceito historicamente apresenta definições que, dadas as suas variações, são interpretações acerca da relação entre centralização, uniformização territorial e poderes políticos e econômicos e tentando se diferenciar do senso comum a Geografia tenta adjetivar a noção de região surgindo assim conceitos como os de região natural, região geográfica, região homogênea, entre outras. O resgate destes debates e discussões não é objeto deste TGI, mas existem uma série de trabalhos que podem ser consultados.

Com um histórico vasto, a definição escolhida pra este trabalho é a que entende a

região não como “algo dado”, perceptível por sua natureza e que tem em si a possibilidade de sozinha revelar algum entendimento da totalidade em que se insere, mas aquela que caminha entre a especificidade e a universalidade, que pode revelar traços específicos dos diferenciais da reprodução do capital aqui no Brasil. Podem existir um sem – número de regiões, para isso basta selecionarmos os processos que nos interessam desvendar, pois são esses fatores que particularizam e delimitam uma chamada região de estudo.

Consideraremos uma abordagem que se centra na análise da divisão regional do trabalho e suas variações, que mesmo diante do aspecto de homogeneização do espaço econômico³ da produção capitalista, a região é capaz de expor as especificidades do capital mundial no litoral norte de São Paulo, tendo em mente, que este lugar faz parte da totalidade do sistema reprodutor de mercadorias, mas enquanto periferia desse sistema, carrega em si particularidades que têm a capacidade de expor os diversos movimentos contraditórios da expansão do capital no seu sistema periférico.

Para Chico de Oliveira uma região econômico e política é um dado da realidade objetiva das formações econômico sociais e teria uma dimensão espacial cuja especificidade pode ser determinada em um contexto teórico específico que adota o resultado da divisão regional do trabalho e de suas transformações em uma economia de âmbito nacional e que entende o processo de regionalização como sendo produto do desenvolvimento desigual interno e do caráter e ritmo dos conflitos sociais desse espaço, mas, por outro lado, teria sua especificidade determinada não apenas internamente mas também pela sua inserção em um todo mais amplo, que se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital e que inclui outras regiões com níveis distintos de reprodução do capital.

Como no Brasil a divisão territorial do trabalho se apresenta sob controle hegemônico da produção capitalista através de seus setores de produção mais avançados, mas hierarquicamente subordinados ao capital internacional, a especificidade dessa região se daria pela síntese da dominação da forma de reprodução capitalista a que traria como consequência uma estrutura de classe peculiar, delineando, por fim, uma estrutura de dominação política regional. Essa dominação por parte das classes dominantes locais “fecham” o território à penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção constituindo assim as especificidades do local.

A partir desse conceito de região, pode-se perceber que há a junção de fatores no

³ OLIVEIRA, Chico. Elegia para uma Re(lí)gião . p. 146

âmbito da política e da economia. O autor se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Para o autor a expansão do capitalismo monopolista no país assinala, no limite, para a dissolução das regiões enquanto espaços de produção e apropriação do valor, mas essa homogeneização do espaço ocorreria plenamente com as relações de trabalho já assalariadas, o que ainda não se efetivou por completo em Picinguaba, o que nos permite afirmar este espaço como propriamente uma região que ainda vive o processo de expropriação.

Desta forma, o conceito de região apresentado por Oliveira se caracteriza por ser econômico e político e dinâmico, pois está fundamentado no movimento de reprodução do capital e das relações de produção. Assim, quando ocorre a estagnação de dada economia regional é na verdade, uma nova forma de ampliação do capital e, foi exatamente isso o que se sucedeu na relação entre as regiões nordeste e centro-sul do Brasil, explicitado por Chico de Oliveira, mostrando o conceito de região como fruto da fusão sucessiva de varias formas do capital e nos oferece a possibilidade metodológica de entender as fases que o litoral de Picinguaba passou desde a colonização até o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica.

Por fim, entendemos a região não como um espaço singular com uma formação histórico social única, isolada e incomparável, mas sim como espaços socioeconômicos em que há uma forma específica de realização do modo de produção capitalista. Essa definição deve permitir perceber as diferenças do desenvolvimento capitalista que mesmo tendo traços generalizantes de expansão, se desenvolve através de formas diferenciadas de relação e será delimitada tanto quantos forem os processos específicos a serem desvelados.

Essa região do litoral norte e de Picinguaba seria, portanto, uma região que teve seu processo constitutivo norteado pelos moldes de produção capitalista e não outro. O que se nota é que além de uma mesma área poder ser sucedida por diversas regiões, estas apresentam especificidades da reprodução do capital e são essas especificidades que expressam um processo de divisão regional do trabalho, ou seja, são particularidades de um mesmo processo.

Essa compreensão baseada na leitura da divisão regional do trabalho em escala nacional nos faz negar uma comparação entre Picinguaba e a cidade de São Paulo, ou entre a região litorânea paulista e o Brasil como um todo, à medida que nega a o incentivo

à qualquer política desenvolvimentista de cunho integrador, ou seja, essa compreensão de região não nos permite usá-la como base para um discurso de integração nacional e sua abordagem de superação dos “desequilíbrios regionais”. Entender o processo de *diferenças na divisão regional do trabalho*⁴ pode ajudar no entendimento das relações entre as regiões do Brasil e deste com o processo global da lógica mercantil.

A ideia é entender Picinguaba pelo seu caráter próprio de reprodução do capital, que, por um lado, responde ao comércio mundial de mercadorias e, concomitantemente, mantêm formas de reprodução do valor próprias. É levando em consideração essa relação com as demais regiões, tanto as da escala nacional quanto às da escala do território econômico do capital, que entenderemos o processo de territorialização do capital nesse local, visto que as regiões seriam constituídas por um mister entre leis de reprodução mais geral e de especificidades de formas de reprodução do capital.

Colocar Picinguaba como esse conceito específico de região é tentar desvendar nesse lugar um modo próprio de participação da divisão internacional do trabalho. É tentar desvelar como a periferia do sistema capitalista se constitui perante o processo de territorialização do capital mundial. Esse enfoque nas suas particularidades assim como nas leis de movimento mais geral nos permitirá entender as regiões como diversas formas de reprodução do capital, aonde uma delas irá prevalecer sobre as outras. A região, portanto, só pode partir do modo de produção capitalista e os processos que levam às suas especificidades estão relacionados às diferentes formas de produção e reprodução do valor que são constituintes do capital não somente enquanto sistema econômico, mas enquanto relação social.

* * *

⁴ Idem, pág. 149.

Breve trajetória da região do litoral norte com a lógica mercantil:
Da chegada europeia ao turismo moderno

Há desde o início deste trabalho a premissa de que essa região – assim como seu conceito específico aqui utilizado - esteve inserida na lógica mercantil de expansão da territorialização do modo de produção e reprodução capitalista e como tal se constitui como produto das relações e contradições capitalistas, mas assumir que esse processo carrega algumas determinações históricas nos permite afirmar ser possível uma leitura das particularidades desse processo que se encontra justamente na análise do modo de produção da região do litoral norte e também de suas relações de reprodução.

O litoral norte de São Paulo (área entre as praias de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião) com a chegada dos portugueses, é inserido numa economia totalmente diferente em comparação às práticas indígenas dos Tupys-Guaranis e a futura população caiçara vai passar por todos os ciclos econômicos desde o século XVI, tornando possível uma leitura de um processo de territorialização do capital pelas ações da metrópole aqui e, posteriormente já enquanto Estado-nação, esse processo será ainda regido pela lógica mundial da mercadoria, mas apresentando outros agentes, agora nacionais.

Uma primeira região que podemos considerar foi a organização do território do Estado por concessão de sesmarias para os estabelecimentos de engenhos de açúcar e aguardente, fazendo parte das primeiras atividades praticadas no território. Nessa época do açúcar como principal produto para exportação também se produzia fumo, farinha de mandioca e arroz, mas, com a ascensão da região nordestina na produção açucareira devido à localidade mais próxima do mercado europeu e às qualidades físicas do solo e clima, o litoral norte paulista perde sua relevância no dinamismo econômico entre colônia e metrópole.

Após a produção de açúcar perder para a ascensão do Nordeste açucareiro e o posterior declínio da mineração, que antes passa a ser escoada por outros caminhos, este litoral criará relações capitalistas de produção através de outra grande dinamização econômica que se dará com sua participação no ciclo do café. Se o litoral norte perde sua importância econômica para as plantações nordestinas, agora há a emergência de uma nova região – a do café – que irá consolidar outras formas de produção. Há num primeiro momento a manutenção da forma de produção escravista e a realização do valor continua

sendo efetivada pela determinação externa do capital, mas, na continuidade, a região cafeeira irá ser o lócus da constituição interna da realização do valor. Nesse primeiro contexto, Ubatuba e São Sebastião enquanto partes da região cafeeira chegam a produzir mais de 14% do café da província paulista, e passam por um aumento populacional considerável e o tráfico de escravos em seus portos também era prática rentável. Mas, depois desse auge que proporcionou o crescimento de cidades do litoral norte, Ubatuba já começava a ter uma produção menos significativa e, mais uma vez, deixava de fazer parte dos grandes interesses lucrativos do capital internacional e entraria no novo processo de constituição econômica do território do Estado brasileiro liderado agora pela região Centro Sul, a região do café e da indústria e essa transformação irá definir a divisão regional do trabalho nacional na escala da totalidade territorial do capital.

Esse momento de marginalização do litoral norte o levou a uma economia “familiar” com poucos excedentes e voltada basicamente para a subsistência e excluiu os distritos do litoral da expansão do café e da urbanização do século XIX, encerrando-o novamente num cenário de retração enquanto outras regiões do Estado viviam fases economicamente mais dinâmicas, principalmente a cidade de Santos que já atraía consideravelmente a economia do litoral e também aumentava seu contingente populacional.

O Núcleo de Picinguaba se caracterizaria nesse momento sobre novas relações de produção e reprodução, que ao se solidificarem acabam por construir uma outra região, mas ainda em dependência com as crescentes regiões cafeeiras de São Paulo. Saem as grandes fazendas e voltam as roças, a organização temporal também volta a ser mais independente das necessidades produtivas das sacas de café.

Fica nesse momento a dúvida se o litoral correspondente ao Núcleo de Picinguaba se constitui enquanto uma nova região ou parte da região cafeeira em crise por causa do declínio de sua participação na economia (pois ao mesmo tempo que a produção realizada ali não era mais o café, os excedentes da lavoura e do pescado dos caiçaras eram trocados em Santos, cidade em que a demanda por outros produtos crescia justamente com a economia do café, que, por sua vez era o produto responsável pelo movimento do porto desde sua inauguração), mostrando que por mais que as sacas de café não saíssem literalmente das antigas fazendas próximas às praias, Picinguaba ainda estava minimamente dependente da economia do café que, o produto representativo da territorialização nacional do capital.

Seguindo o século XIX até 1950 os distritos do litoral norte passam a ter na

produção de alimentos a base de sua economia. Há relatos⁵ que trazem a fartura das roças e a troca desse excedente por ferramentas, roupas e outras consumos que não conseguiam produzir. Enquanto o cafezal atingia grandes trechos que iam até as encostas das montanhas com a presença de fazendas, a produção caiçara tinha sua ocupação restrita à proximidade da praia com suas roças, e as antigas áreas designadas ao cultivo do café apresentavam-se vazias e foram tomadas pela floresta. Foi mais ou menos até esse período que a região do litoral norte deixou de ter principal relação com a lógica mercantil mundial e passa a se relacionar com regiões mais próximas como a cidade de Santos como parte constituinte do processo maior de divisão regional do trabalho brasileiro.

Espacialmente vemos uma redução do espaço vivido quando a roça volta a ser suficiente e as grandes fazendas passam a ser tomadas por outra vegetação. E no cotidiano, os caiçaras teriam nesse momento de retração da economia cafeeira, uma brecha para realizarem suas trocas nas praias vizinhas ou mesmo na vizinhança de Picinguaba, configurando assim no nível local diferentes relações de produção e reprodução, mas no nível nacional as trocas dos excedentes eram realizadas nas áreas dinâmicas do café que reuniam uma população cada vez maior.

O que se tenta demonstrar aqui é uma tentativa de fugir do juízo romântico sobre a população caiçara. Quero dizer que não há nesse trabalho uma visão que se diga secular sobre essa população da praia de Picinguaba no sentido de cristalizar suas formas de reprodução no tempo. A área que abrange este litoral passa por diversos momentos desde seu período colonial, com diferentes agentes nacionais a partir da divisão territorial do trabalho que impuseram inúmeras formas de produção e reprodução, o que justamente lhe confere o caráter de ser delimitada enquanto uma região política econômica. Tento demonstrar apenas que as práticas que moldaram o local eram diferentes daqueles trazidos pela metrópole enquanto personificação do capital mundial e, desde seu encontro, apresentavam princípios que se opunham; da mesma maneira que com a chegada dos europeus essas transformações nas formas de produção e reprodução também apresentam-se de formas diferenciadas ao longo do tempo.

Implica dizer, então, que o povo caiçara nunca existiu isoladamente com uma economia fechada, estática, pelo contrário, ele é justamente a constituição dessas relações econômicas complexas da lógica capitalista de circulação de mercadorias, que em certos momentos teve uma participação relevante na dinâmica econômica sendo

5 Relatos encontrados nas teses de LUCHIARI.

efetivamente integrada ao comércio, e em outros momentos acabou por marginalizada (2º momento do café), mostrando que no capitalismo desenvolvimento e estagnação fazem parte do mesmo processo.

É interessante pontuar que esses momentos de retração econômica ou de perda do dinamismo regional (especialmente o do café) levaram essas regiões a um relativo isolamento no século XX, conferindo-lhe certos aspectos próprios, que hoje são cooptados pela lógica de mercado aparecendo sob o invólucro de populações tradicionais. E se hoje esse “tradicional” serve como marketing turístico, a sua constituição histórica na realidade é resultante de um dinamismo econômico próprio do sistema capitalista, visto que o tradicional só pode existir enquanto oposição ao moderno. Desta forma, o que é designado por modo de vida tradicional resulta de um processo de regressão econômica que possibilita o acesso desta população a meios de produção não produzidos como a terra, conferindo às relações territoriais um aspecto de modo de vida, que Chico de Oliveira poderia designar por regionais, não que não estejam conectadas à reprodução da totalidade capitalista, mas por não ter sido imposta por completo a separação entre trabalhadores e meios de produção.

Num processo histórico, na década de 50 a região de São Paulo emerge como novo polo econômico brasileiro, e não só provoca o deslocamento da economia para o eixo industrial centro-sul, como é a região que irá redefinir a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou seja, começa a se definir nacionalmente as economias em detrimento do antigo molde de “arquipélagos econômicos” voltado diretamente para suas relações com o exterior. O desenvolvimento industrial burguês lidera o projeto de unificação do Estado brasileiro e se constitui como centro capitalista nacional propondo outras características às relações de produção e transformando a estrutura de classes e poder brasileira.

Considerando esse histórico a ideia é mostrar que nas praias do norte paulista o turismo, a partir da década de 60, foi o agente urbanizador que desarticula por completo o “modo de vida caiçara” que já vinha sendo abalado. Se logo após o boom da região cafeeira o litoral norte consegue manter um certo isolamento este é colapsado com a construção das rodovias que irão espacialmente facilitar a reintegração deste litoral ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Se admitirmos que grandes construções (como o plano rodoviário da ditadura) acabam por incorporar capital fixo à terra que requerem a realização de seu valor, a BR Rio Santos tem como objetivo facilitar a chegada dos turistas a essas praias.

Esse rompimento se acelera na década de 70 quando diminui o isolamento dos caiçaras e eles se veem em contato maior com as populações dos centros urbanos, o que influencia diretamente na mudança das atividades diárias pertencentes ao cotidiano caiçara. Se antes eles eram praticamente auto suficientes enquanto pescadores - lavradores na produção alimentar com suas roças beirando as casas, e o comércio de bananas, agora eles se dedicam exclusivamente à pesca, respondendo à demanda do (cada vez maior) consumo urbano e tendo na exclusividade desta atividade seu único modo de troca mercantil pra aquilo que não produzem. Além da exclusividade da pesca, a mecanização do setor agrícola – processo que abrange todo o Estado – acelerou o processo urbano nessa região quando criou também mão de obra para as atividades urbanas, à medida em que antigos lavradores passam a procurar empregos na cidade.

Há muitas pesquisas sobre a população caiçara e muitas dessas acabam fazendo uma descrição romântica dessas populações, principalmente sobre o momento de marginalização do café, quando a área fica economicamente menos interessante para as fazendas de café. Esquecendo o histórico de constituição econômica dessa região e ignorando esse “modo de vida” enquanto resultado de recessão econômica, essa literatura traz esse momento antes do turismo como tradicional, o que, como já dito, obnubila sob uma roupagem romântica. No entanto, essas mesmas literaturas muitas da sociologia e da antropologia nos trazem alguns pontos dessa rotina que nos permitem enxergar certas particularidades dessa constituição econômica. Essas particularidades da reprodução do sistema produtor de mercadorias estão também no modo de produção dessas comunidades que apresentam autonomia na confecção de suas ferramentas e no seu transporte entre praias, além de terem um tempo de organização diferente daqueles traçados na cidade.

O estudo de Luchiari, por exemplo, afirma que quando mais isolados economicamente da ascensão das grandes regiões brasileiras, Picinguaba e as outras praias menores viviam com a prática da pesca e lavoura apresentando sua auto suficiência alimentar e realizando trocas comerciais dos excedentes com as praias maiores de Santos, Ilhabela e Ubatuba. Essa troca de excedentes era realizada com a Canoa de Voga, construída pelos caiçaras e de tradição indígena, essa embarcação para no máximo duas pessoas, foi o transporte que colocou a população caiçara no processo geral de circulação de mercadorias, caracterizando-se como o meio possível de resistência ao isolamento econômico imposto pelo capital que, neste momento, privilegiava o desenvolvimento do interior.

As teses da autora apontam que esse momento de 'certo isolamento' é quebrado com a apropriação pelos centros urbanos da produção caiçara que agora passa a ter um considerável mercado consumidor interno para vender e sua produção se torna irrigária nos moldes quantitativos necessários. Essa imposição de formas de produção e reprodução externos às práticas cotidianas levaram a constituição de uma rotina totalmente diferente da então vivida. Se antes o caiçara não tinha uma divisão temporal compartmentada como a nossa, com hora de trabalhar, hora de realizar tarefas pessoais e hora descansar e de ter lazer, mas sim uma percepção cíclica do seu entorno que orientava sua rotina, a mudança nas atividades econômicas a fim de responder à crescente demanda urbana vão trazer esse novo calendário para o caiçara, afirmando ainda mais o processo de subordinação ao capital comercial.

Na década de 60, a atividade pesqueira se firmou enquanto produção mercantil, dissociando-se da lavoura e transformando-se na principal atividade econômica do litoral. Esta especialização que levou os caiçaras a se tornarem exclusivamente pescadores, acabou por desarticular a antiga autonomia decorrente da auto suficiência alimentar, o saber secular através do qual eram produzidos artesanalmente os próprios meios de produção, e acentuou no tempo o caráter de duplidade (tempo natural x tempo mercantil / inverno x verão). A prática da pesca de subsistência foi incorporada pela economia de mercado e com isso trouxe o desenvolvimento de outras técnicas como a pesca por cerco flutuante – que veio com a comunidade japonesa da 2^a guerra – a pesca de tresmalho e a de arrastão, voltada para a pesca da tainha. Essas pescas costumavam ser designadas para o fornecimento e abastecimento dos caiçaras (subsistência e excedente pra troca direta entre as praias vizinhas e as maiores), mas com a maior entrada de capital passam a ser colocadas em disputa com a indústria. Enquanto os caiçaras tentavam manter sua produção, a troca passou a ser prejudicada pelos grandes barcos de pesca do Sul e pelos barcos a motor de Santos que trariam uma competitividade colossal e os forçariam a vender seu excedente não mais em uma troca direta, mas agora com a presença dos atravessadores de pesca. Esse "desenvolvimento" das forças produtivas resultou numa mudança brusca na vida dos caiçaras que se viam diante da necessidade de pescar o ano todo, verão, inverno, e também começaram a prática de pesca oceânica, até então não realizada. Os caiçaras que outrora praticavam suas atividades agrícolas e pesqueiras de acordo com seu "calendário natural", se veem transformados em pescadores exclusivos devido ao turismo e outros fatores relacionados à urbanização, tendo nesse " contato" uma aceleração da desintegração do antigo modo de produção caiçara que

incluía uma produção diversificada e integrada com os ciclos naturais. É possível perceber que antes eles detinham o saber de como produzir seus próprios meios de produção; seus barcos; suas ferramentas para a produção de farinha, além do conhecimento dos ciclos e funcionamentos naturais da fauna e flora. Todo esse conhecimento perde espaço de prática e o desenho que se traça nessa trama é o da alienação e do histórico de apartação inerente ao desenvolvimento da reprodução da mercadoria no seu processo de territorialização.

“Atualmente, estes lavradores pescadores que possuíam uma visão de mundo, valores e formas de relacionar com o tempo e com o espaço marcados pelas atividades agrícolas e pesqueiras estão se transformando em pescadores exclusivos. Esta transformação, impulsionada pela urbanização e seus processos específicos está descartando e acelerando a desintegração de uma produção cultural baseada fundamentalmente na reprodução e preservação dos recursos naturais.” (LUCHIARI, 38).

Por outro lado, o desenvolvimento da indústria automobilística, entre as décadas de 50 e 60, possibilitou às classes médias e altas dos centros urbanos o acesso à essas praias, realizando o consumo de ter uma propriedade em meio à natureza preservada. O rompimento do isolamento dessas áreas trouxe uma forte modificação no espaço, como a construção cada vez maior de casas para veraneio, o desenvolvimento tecnológico nos sistemas de comunicação e abastecimento, proporcionando uma ampliação do mercado, despertando nas comunidades locais inúmeras transformações e atraindo cada vez mais consumidores.

O turismo seria a continuidade do processo de desarticulação do povo caiçara dos seus meios de produção que já se dava desde os grandes ciclos econômicos da época colonial, é a expansão deste setor que levaria definitivamente o “modo de vida urbano” para o litoral norte.

A expansão do urbano tem como consequência o fim da figura do lavrador e a especialização do caiçara em pescador, mostrando que a expansão das relações de reprodução do capital implica na alteração das formas de produção dos caiçaras, pois ao abrirem mão da lavoura, acabam por ficarem ainda mais dependente da pesca enquanto trabalho que irá substituir a outrora autonomia em relação aos meios de produção (terra) por dinheiro. Essa expropriação dos meios de produção como vimos é própria da história capitalista que através da lógica privatista tende a colocar sobre valor de troca

absolutamente tudo para assim expropriar o homem e forçá-lo a se reificar em mão de obra.

Se a expansão do urbano pode ser relacionada com a especialização do caiçara em pescador, a continuidade da malha rodoviária juntamente com a implantação do parque estadual (ambos da década de 70: a BR 101 em 1971 e criação do parque em 1972) irá aprofundar o processo de expropriação, mas agora legalmente e, portanto, ainda mais forçoso e violento, através da legislação do parque imposta sobre a população ali residente.

No decorrer dos anos 70, a construção das rodovias se constituiriam como o meio físico de concretização e expansão do processo de urbanização, facilitando o acesso do fluxo turístico a essa região; a construção da BR – 101 realiza-se como o eixo concreto possibilitador dessa expansão urbano capitalista. A rodovia Rio-Santos, ao colocar toda essa área acessível fisicamente, colocaria todas as comunidades caiçaras deste trecho dentro dos interesses econômicos do país, inclusive sua construção faz parte do Programa de Integração Nacional – Ocupação dos Espaços Vazios⁶ e assim como a Belém-Brasília tinha como subterfúgio interligar espacialmente diversas regiões “afastadas e vazias” do país facilitando assim a entrada de capital nacional e principalmente capital estrangeiro, que na época da ditadura teve nos planos rodoviários sua principal possibilidade de efetivação.

O produto que passa a ser vendido no litoral norte não seria mais o café ou a banana, mas sim o espaço desta região, entendido dentro do setor turístico como um “recurso paisagístico”, sendo este agora o principal produto econômico da região. Se antes as atividades econômicas do litoral norte se baseavam na exploração do natural enquanto matéria prima monocultora da economia agrário exportadora, e, posteriormente, na pesca exclusiva, agora sua exploração se dá sobre o natural visto enquanto paisagem - fetiche este que se realiza sobre uma específica noção de natureza, assunto que será tratado mais adiante.

O turismo aparece como uma possibilidade econômica de um desenvolvimento sustentável e a fim de ratificar sua efetividade têm em seu discurso a preservação do natural como condição de sua realização, mas na realidade, esse discurso demonstra apenas uma outra relação fetichizada sobre este natural, aonde, anteriormente, este era compreendido como recurso / matéria prima para a realização do valor especificamente no setor industrial e agora, o natural passa a ser visto como uma dádiva carente de

⁶ Projeto da ditadura dos militares para a construção de grandes rodovias que iriam interligar áreas distantes do Brasil. Sendo a mais conhecida a Belém – Brasília.

cuidados e preservação. Segundo Alfredo⁷, o turismo deve ser lido como uma expressão *fenomênica* de uma nova relação sociedade x natureza, aonde esta última não é apenas entendida como recurso natural.

Acreditar que a expansão capitalista pelo setor turístico realmente pode ter alguma relação que não seja exploratória com o ambiente que circunda o homem, é negar todo seu ponto de vista histórico, já que foi a reprodução deste sistema que criou as condições de extinção do natural (este que seria a natureza enquanto recurso natural). Foi o desenvolvimento industrial que impediu a realização da reposição dos ciclos naturais – e foi essa quase extinção (ou o seu vislumbramento) que hoje se realiza como argumento concreto do possível desenvolvimento sustentável e que faz da atividade turística a sua bandeira. Ver que a indústria turística mantém os padrões de lucro como qualquer outra atividade industrial é entender que a ideia de “retorno ao lúdico” nada mais é do que mais uma tentativa de superar a crise de produção do valor do setor industrial em setores não especificamente produtivos.

Ao colocar o turismo de massa enquanto fenômeno de um mesmo processo (e não objeto de estudo) podemos elucidar que essa atividade é apenas uma outra maneira de se tentar realizar a valorização do valor, ou seja, seria uma outra relação entre sociedade e natureza, mas que traz em si aspectos básicos da reprodução capitalista no seu modo industrial. Da mesma maneira que há a realização do natural enquanto mercadoria na sua forma específica de matéria-prima do setor reprodutivo industrial, há essa mesma naturalização no setor turístico, mas agora se materializando como paisagem, mostrando também que esta nova relação conta com mais uma concepção sobre a já aceita natureza, concepção que põe esta como resultado do processo e não mais apenas como produto.

Por fim, essa breve historicização tem como mote delinear a transformação da região do litoral norte em conjunto com as idas e vindas do processo de expropriação próprio da lógica capitalista. Picinguaba faria parte da região açucareira, da região cafeeira e agora, talvez, esteja num novo processo de reorganização regional da territorialização do capital enquanto região turística e necessária da preservação. Temos como dado a relação com a reprodução ampliada do capital, mas as especificidades dos sujeitos nacionais impuseram a essa região processos que cada vez mais expropriam o homem da terra e dos outros meios de produção.

No caso deste trabalho, os caiçaras que na época da crise cafeeira voltam a ter a

⁷ ALFREDO, Anselmo, p. 40/41

terra enquanto meio de produção com a manutenção da pesca e da roça, nas últimas décadas passam a ser impelidos à indústria turística como mão de obra ao passo que sofrem um processo de expropriação da terra enquanto meio de produção imposto pela legislação proibitiva do parque, proibições essas produzidas para respaldar aquela região enquanto uma paisagem (o mais possível) natural.

Para esse processo de reconfiguração regional, agora voltado para o turismo, as relações entre homem terra e capital se alteram e o percurso de expropriação faz-se necessário e o parque é o braço do Estado, que a fim de promover uma racionalização para a manutenção da reprodução capitalista em sua forma turística, atua efetivamente na transformação privada da terra e dos meios de produção ao colocar como uma imposição legal o fim da roça e da caça e também ao construir o discurso da paisagem natural enquanto dádiva remanescente do urbano.

* * *

O discurso da paisagem na Geografia

A própria Geografia já se dedicou a desenvolver o conceito de recurso natural, mas este acabou recaindo num posicionamento meramente descritivo e pouco analítico. Nesta discussão a paisagem serviu como o recorte da Geografia que se mostrou capaz de reunir todos os elementos que juntos construiriam o conceito mais abrangente de recurso natural. Limitado a uma concepção fiscalista do espaço em que os esforços em se diferenciar o que é materialidade e o que imaterialidade se restringiram a uma literal percepção sensorial, os debates acerca da conceituação almejada fazia mister incluir a imaterialidade também como um recurso natural e para isso, agarra-se ao conceito de paisagem como exemplo de um recurso natural que seria imaterial e de apropriação indireta.

Para esses teóricos o aproveitamento direto do solo para a plantação de soja no centro do Brasil, por exemplo, não seria uma exploração, mas sim um uso imaterial de apropriação indireta do relevo, já que a fertilidade e a produtividade daquela terra seriam

características naturais e intrínsecas que oferecem resultados sem que o homem interfira (ignorando a renda natural da terra). Apresentando uma discussão que se importa em definir o que é apropriação direta ou indireta, o que seria exploração ou o que seria apropriação, o que seriam as necessidades físico materiais relacionadas às condicionantes sociais da vida do homem moderno e aquelas necessidades relacionadas “às carências, aos desejos, aos anseios e, portanto, ao conjunto de valores culturais (BITTAR, 2006) do homem, respondem essas questões construindo uma definição de recurso natural que até hoje é muito considerada nos trabalhos de geografia:

“Recuso natural pode ser definido como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado pelo Homem, direta ou indiretamente, como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais em determinado tempo e espaço.” (BITTAR, 2006).

Nesta definição de recurso natural há um posicionamento que naturaliza o conceito de paisagem enquanto “um aspecto do mundo real que tem valor por si mesmo” – defendendo que aí é que estaria a imaterialidade do conceito de recursos naturais, na paisagem - e nessa consideração a apropriação sobre esta “percepção” de natureza sobre o natural inclui a procura pela paisagem na busca por suprir uma demanda por satisfação estética e recreacional, o que implica uma compreensão sobre a paisagem enquanto o último lócus capaz de se referir à primeira natureza, por manter um estado de intocado e preservado das ações humanas, mostrando também que ignoram-se as paisagens urbanas enquanto tais, - paisagens e natureza que também são socialmente construídas.

Vê -se que a própria ciência geográfica coloca o natural enquanto objeto externo passível de dominação à medida que entende o recurso natural ,em última instância, como algo da natureza passível de uso, mostrando que valor de uso torna-se valor de troca e que para um elemento da natureza tornar-se recurso basta estar em demanda pela sociedade (e pelo capital), ou seja, na rotina de hoje em que a paisagem urbana constitui-se como algo não apenas destoante, mas necessariamente como oposto da paisagem natural, esta se coloca em demanda por uma população urbana “carente da natureza” e dessa outra paisagem. Acreditar que o que diferencia o homem de outros animais é mais do que apenas sua razão, mas também a constituição de um universo simbólico cultural que estaria independente das análises marxistas de trabalho que

consideram recurso natural como objeto e meio de trabalho, incorre no risco de naturalizar que a busca por uma vista para o mar sempre esteve presente na vida humana e é negar que se é uma busca por algo só pode vir como resultado de um conjunto de exclusões e exceções que instigam no homem um imaginário sobre as paisagens ditas naturais, imaginário este que reflete uma sociabilização totalmente apartada do meio natural enquanto pressuposto lógico da expropriação do capital.

Uma das ideias que se verificou no campo ao longo das conversas é que o atual discurso de preservação da natureza (que ratifica a ação legal e violenta do parque e dá sentido prático à atividade turística) apenas existe enquanto uma necessidade criada pelo capitalismo e não porque o homem é um natural admirador da paisagem. Só se mostra necessário preservar aquilo que está a beira da destruição. Só se mostra necessário conhecer aquilo que lhe é desconhecido e misterioso. O exemplo da busca pela paisagem praieira reflete a necessidade de uma sociedade que vive apartada do meio circundante e a mobilização da população caiçara enquanto trabalhadores do turismo reflete mais uma faceta do sistema capitalista em agregar mão de obra para sua reprodução através da expropriação total do homem da terra. Se por um lado há os turistas em busca de saciar sua carência de natureza, por outro, há os moradores de Picinguaba que entram nesse processo como meio de suprir as suas carências de trabalho visto que é este o meio agora de se manter, já que as imposições que o turismo trouxe se concretizam na expropriação da terra e na proibição de manter sua autonomia sobre os meios de produção.

Um outro aspecto considerado natural ou inerente ao conceito de paisagem seria o seu caráter científico e educacional e nesta apropriação o turismo através dos parques e das Unidades de Conservação seria uma forma de apropriação indireta deste recurso natural – uma possibilidade de “usar” aquele lugar, mas de uma forma diferentemente responsável que não alteraria fisicamente suas características.

É claro que no nosso curso de Geografia a prática de realizar trabalhos de campo é frequente e inclusive defendida enquanto metodologia de estudo, mas o que se tenta criticar é a visão excludente que defende não haver uma apropriação do natural na forma de paisagem nos trabalhos de campo, acreditando não estar reproduzindo as relações capitalistas que estão presentes nas cidades ou não estar reproduzindo a consciência desatreladora constituinte da nossa cosmogonia que entende o homem como algo externo ao meio circundante e por isso há a natureza que enquanto externalidade pode ser dominada e compreendida nos termos que circunscrevem a razão moderna.

Nesse texto específico da Geografia, recurso natural seria tanto os minérios extraídos das minas quanto o potencial recreativo das praias e a sua diferenciação se daria sobre as formas de apropriação, se se dá de maneira direta (no primeiro exemplo das minas) ou indireta (nos exemplos do turismo e dos estudos científicos), entendendo que nesses espaços dos parques e das reservas naturais a transformação em público do espaço privado das casas dos caiçaras seria uma apropriação indireta deste espaço porque não haveria materialidade de extração ou outra, ignorando que a apropriação do Estado sobre o espaço privado induz sua exploração no ramo na indústria turística ao tornar essas áreas parques e reservas.

Essa definição ignora a paisagem como um recorte do natural passível de ser explorado pelo sistema produtor de mercadorias à medida que entende a busca pelas paisagens naturais como calmante dos anseios decorrentes de uma constituição humana que não se limitaria a fatores socioeconômicos, mas que haveria uma parcela cultural que seria constituinte do homem, e que esta constituição cultural não teria relação nenhuma com a forma de produção que baliza as relações próprias de trabalho no sistema capitalista. Ao questionar sobre a finalidade dos recursos naturais, se estes estariam vinculados às necessidades materiais do homem ou também aos desejos e carências do seu âmago, alguma Geografia⁸ afirma que justamente a materialidade constituiria um fator limitante e não revelador para uma definição abrangente do conceito de recurso natural. Ao trazer a imaterialidade para a definição do conceito de uma forma ingênua que acredita que não há como ter apropriação que não seja sobre algo material, acaba também por naturalizar que no homem há outras necessidades além daquelas resultantes de sua sociabilidade com a lógica mercantil e que estas seriam intrínsecas ao homem enquanto ser natural e não social, como vemos no trecho abaixo de um texto que resume uma discussão entre professor e alunos sobre o mais adequado e completo conceito de recurso natural:

“Porém, os valores estéticos e educacionais da paisagem representam, ao serem apropriados, a busca da satisfação de outras necessidades, além das físicas materiais relacionadas a sobrevivência do homem. Relacionam-se as carências, aos desejos, aos anseios, e, portanto, ao conjunto de valores culturais socialmente assimilados em um determinado tempo e espaço”

⁸ VENTURI, Luís, A. B.

Essa naturalização de que há esferas distintas que compõem o pensamento e a vontade humana incorre no risco de negar as relações camufladas presentes nas relações de produção e reprodução próprias do capital na sua formas ampliada de produzir mercadoria.

A conclusão deste texto muito se assemelha ao objetivo do parque de através do turismo evitar a exploração da preciosa riqueza natural da paisagem, pois ao mesmo tempo que afirma ser a paisagem um recurso natural (que por sua finalidade serviria necessariamente como parte integrante de um processo produtivo) afirma também que este recurso estaria ligado a uma necessidade cultural e não uma necessidade material e por isso, nesse pensamento, a paisagem não estaria participando de uma relação de exploração enquanto objeto externo ao homem.

* * *

“O lobo não vira vegetariano, e o capitalismo não

vira uma associação para a proteção da natureza e para a filantropia.”

“Liberdade organizada é coercitiva.”

Da crise ecológica dos recursos naturais à natureza enquanto dádiva:

- A Vila de Picinguaba e o Parque: processo de expropriação e discurso da paisagem:

Enquanto a reprodução do modo de produção capitalista permanecia imprimindo seu caráter destrutivo, sobre algumas áreas da cidade começavam a se planejar uma proteção de viés exclusivista como uma nova forma de mercantilizar o natural. No entanto, essas extensas áreas de “natureza selvagem” tendem a beneficiar essa mesma população urbana que através da visitação desses lugares “paradisíacos” poderiam reverenciá-los e se refazer perante o estresse do cotidiano vivido nas grandes cidades.

“A noção do mito naturalista, da natureza intocada do mundo selvagem, diz respeito a uma representação simbólica, segundo a qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro”, até anterior ao aparecimento do homem. Esse nível de fetichismo sobre o natural assume como dado que há, necessariamente, uma incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza, colocando o homem como um intrínseco destruidor do mundo natural e, que por isso, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 283).

Hoje, na forma de ecoturismo, de jardins botânicos, de produtos organicamente corretos, de objeto de estudos acadêmicos, de paisagismos ou mesmo na forma de paisagem, a natureza é mais um produto expandido como mercadoria. Nessa conjuntura, o conceito de paisagem, não somente ganha a forma de mercadoria a exemplo do turismo como também conquistará espaço teórico nas pesquisas geográficas.

O Brasil tem a criação da primeira Unidade de Conservação (Parque Nacional de Itatiaia) em 1937 e após esse período passa a tratar com dificuldades na criação e gerenciamento dessas “áreas naturais protegidas”. Dentro desse cenário e das reflexões internacionais iniciou-se discussões sobre a possibilidade da permanência de populações as quais convencionou-se chamar de “tradicionais”, referindo-se aos índios e outros

grupos populacionais como os caiçaras e os quilombolas. Ao se naturalizar o modo de produção capitalista em que os grupos humanos se tornam agentes de destruição do natural, deixam de ser consideradas populações que possuíam características importantes como o conhecimento e o desenvolvimento de técnicas, que possibilitavam uma reprodução menos invasiva sobre o meio com o natural.

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (2005/5006) apresenta como tradicionais os moradores efetivos cujas famílias tenham origem de várias gerações nestas mesmas localidades, e cuja ocupação ou sobrevivência esteja diretamente relacionada às atividades de agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato, ou para alternativas econômicas compatíveis com o desejado desenvolvimento sustentável, ou seja, como apontado na primeira parte deste trabalho essa população ao ser enquadrada como “tradicional” remete ao tempo de regressão econômica de Picinguaba enquanto participe da região cafeeira e usa desta contextualização particular argumentos fetichizantes para atrair uma maior circulação de turistas no parque e assim também poder circular um maior número de mercadorias.

A construção do conceito de paisagem natural também passa pelo parque, pois ao ser o sujeito legal e político que institui a paisagem natural como tal, ratifica o discurso da natureza verde enquanto dádiva, fazendo jus ao turismo enquanto único modelo economicamente sustentável para “tal região e tais tradicionais populações”, firmando-se assim como integrante fundamental do processo de reorganização regional dessa área litorânea, pois além da mercantilização da natureza verde, também territorializa os caiçaras enquanto população tradicional a fim de atrair turistas.

Tomemos como exemplo o discurso oficial do parque encontrado no site sobre o Núcleo Picinguaba:

“Localizado na Região Hidrográfica da Vertente Litorânea, conta com paisagens que vão desde a costa marinha até as escarpas da Serra do Mar, protegendo cinco belíssimas praias, na região norte de Ubatuba: Brava da Almada, Fazenda, Picinguaba, Cambury e Brava do Cambury.

Além da riqueza natural, o núcleo tem como uma de suas principais características, a presença de comunidades tradicionais como a Vila de Picinguaba, Cambury, Sertão da Fazenda e Sertão do Ubatumirim, onde ainda é possível vivenciar as culturas tradicionais caiçara e quilombola, seus estreitos laços com a mata e o mar e a busca da sustentabilidade por meio do turismo.⁹

⁹ <http://www.parqueestadualsserradomar.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/sobre/>

- No trabalho de campo pude perceber que o PESM possui uma dupla função: esta de contribuir com a construção do conceito de paisagem natural, limitando espacialmente sua área para assim conseguir congelar uma paisagem “tradicional e intocada”.

E outra função, local e relacionada diretamente com a população caiçara. Uma função legal que vai interferir na relação deles com a terra, não chegando no limite da total expropriação e expulsão como ocorrem em outros parques e reservas, mas impondo restrições ao uso da terra enquanto meio de produção, pois além da expropriação causada pela crescente especulação imobiliária que leva as residências caiçaras morro acima (área dos sertões) deixando a área mais próxima à praia para os veranistas e as pousadas, estes também estão sendo expropriados de seus meios de produção pela legislação do Núcleo que condicionou o território interditado para as práticas agrícolas, de caça e de extração de madeira para a confecção das canoas. Se de um lado, as normas do parque buscam frear alguns aspectos da expansão urbana com a restrição do aumento da área construída, por outro lado, ela também restringe a utilização da 1ª natureza pela população caiçara, criando assim um conflito entre a nova política de preservação ambiental e as formas de produção e reprodução dessas pessoas. Sem o acesso à terra para a lavoura e caça e com a transformação da terra na praia em mercadoria e da terra do parque em espaço público, esse antigo pescador-lavrador que outrora havia se transformado em pescador profissional, hoje passa a ser funcionário assalariado das casas de veraneio e pousadas da Vila como último recurso para manter a propriedade.

O processo de expropriação imposto particularmente pelo parque interfere nas formas de reprodução dessa população. Antes de sua efetivação era comum a existência de roças de subsistência próximas às casas dos caiçaras. Além dessas roças, a caça também era realizada como forma de subsistência e o extrativismo de madeira realizado para fabricar as canoas de Voga, e todas passam a ser atividades proibidas passíveis inclusive de altas multas e, no limite da punição, há a possibilidade legal da expulsão dos moradores do parque.

Essas medidas legais acabam por gestar um processo de expropriação analisado no Capital que seria a separação imposta entre o homem e seus meios de produção, pois a partir do momento que se proíbe a roça e a caça - atividades fornecedoras dos provimentos mais básicos para a sobrevivência do homem - , coloca-se o imperativo de se comprar esse alimento e para se comprar é necessário ter a mediação do equivalente

geral dinheiro que, por sua vez, vai exigir do caiçara a sua transformação em trabalhador livre que recebe salário.

Logo, mesmo o parque mantendo a propriedade da casa dos caiçaras (enquanto posseiros), ele tende a longo prazo inviabilizar a sua permanência ao colocar tantos empecilhos nas antigas formas de produção dos caiçaras. Soma-se a isso ofertas de dinheiro para compra das casas e toda uma aproximação dos centros urbanos à essa região através de uma infraestrutura voltada especificamente para o turista (oferta de empregos essencialmente na área turística).

Em uma das entrevistas um caiçara relatou que sua casa tinha um pomar rico e seu pai caçava e pescava com frequência. Disse que nessa época poucos produtos eram trocados nos centros: algumas ferramentas, roupas e outros gêneros alimentícios que a terra deles não dava.

“a roça dava tudo e os vizinhos também davam comida pra gente, se quisesse comer carne não faltava, tinha porco, galinha e quem gostava era só entrar no mato que arrumava um bicho quando não queria comer peixe.”

Contou que quando criança o pai ficava mais de um mês em alto mar principalmente na pesca da sardinha (uma das principais espécies pescadas junto com a tainha também em abundância no litoral e, nas épocas certas, a pesca de lula), a pesca era realizada somente por homens e geralmente os mais experientes que organizavam a temporada de pesca contratando as vezes um ajudante que não necessariamente pescador, mas ele mesmo havia pescado pouquíssimas vezes, trabalhando exclusivamente na construção civil para as pousadas e restaurantes da orla há décadas, sem salário fixo vivendo de trabalhos temporários com os pagamentos definidos pelos proprietários muitas vezes.

Já a partir dos anos 80 quando o parque cria condições estruturais para se efetivar, com verba para funcionários (polícia ambiental), carros propícios e armamentos, restrições passam a ser frequentes além da vigilância por parte dos funcionários que diariamente percorriam cada residência caiçara, afim de controlar e cercear a roça e a caça. E não somente isso, nessa época os caiçaras relatam que funcionários do parque mapearam todas as casas de Picinguaba, inclusive a área de cada uma com a finalidade

de manter o controle total sobre a propriedade do caiçara, pois hoje nenhuma simples reforma pode ser realizada sem prévia autorização do parque.

- As entrevistas realizadas com os moradores juntamente com as leituras encontradas sobre a Vila de Picinguaba e sua relação com o Parque mostraram inúmeras insatisfações por parte dos moradores, entre elas:

Com relação à educação, o principal descontentamento dos moradores se refere ao oferecimento de ensino somente até a 4a série do ensino fundamental; nos problemas ligados à saúde foram citados a precariedade no atendimento médico, a inexistência de farmácias e o alcoolismo e o uso de drogas também foram destacados; No serviço de transporte público foi citado um déficit no oferecimento de ônibus que liga a Vila ao centro de Ubatuba. Além disso, o trânsito excessivo no período de alta temporada na região central do município acarreta num atraso no horário dos ônibus e no aumento do tempo de chegada ao extremo norte do município. A falta de postos de trabalho e os baixos salários pagos, principalmente por proprietários de estabelecimentos na Vila foram os principais problemas diagnosticados referentes ao trabalho e renda; relativos à moradia, a regularização fundiária apareceu como uma necessidade imediata e as dificuldades de realização de reparos e reformas nas casas, devido à necessidade de pedido de autorização à administração do Parque foram citadas pela maioria dos participantes das entrevistas.

A administração do Parque não admite interferências na área por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e a prefeitura também não possui esse poder de ação em favor da população, fornecendo somente o mínimo como a coleta de lixo, transporte coletivo e a escola dos primeiros anos do ensino fundamental. Sendo assim, grande parte das reivindicações dos moradores passam pela administração do Parque e pela prefeitura e seguem numa luta constante. Pode-se observar esse fato no depoimento fornecido por uma participante da Associação de Moradores de Picinguaba:

“[...] você leva pra prefeitura e eles falam que não é lá que tem que resolver, direcionam para o Parque. Inclusive tem coisas que você leva no Parque e eles falam que é na prefeitura, aí você leva na prefeitura e eles falam que depende do Parque, fica aquele empurra”.¹⁰

¹⁰ Alguns relatos são do trabalho de campo realizado pela autora, enquanto outros foram retirados de teses e pesquisas sobre os caiçaras de Picinguaba e o Parque.

A principal reclamação provém justamente da necessidade de pedido de autorização para a realização de qualquer reforma ou reparo em suas casas. O que pode ser observado no relato de uma moradora:

[...] trocar telhado, pintar, rebocar, tudo isso tem que pedir autorização, troca de porta, janela. Tem um problema que hoje os filhos casam e os pais querem pelo menos dar, construir um quarto com cozinha e banheiro e não podem construir e os turistas constroem sem autorização. A lei fica bem clara ou é pra todos ou não é para ninguém, porque nós tamos fazendo tudo dentro dos conformes. O Parque pediu que para fazer uma reforma tem que fazer o pedido de autorização. A maioria está fazendo, o cara que tem dinheiro não faz.

Proibido então a caça, a roça, o aumento da área residencial construída e a derrubada de árvore para a confecção das canoas de transporte e comércio de excedentes, mas legalizado a abertura de quiosques para comércio de alimentos e artesanato na beira da praia, aluguel de barcos para passeios turísticos e serviço cobrado de guia turístico – ou seja, as relações agora permitidas com aquela região só são aquelas necessárias para a prática do turismo e não mais (necessariamente) as necessárias para a manutenção das relações de produção antes (do Parque) praticadas.

Essa específica proibição de reformas e construções de novas moradias foi uma das grandes reclamações ouvidas no trabalho de campo. Um outro caiçara relatou que estava com problemas na estrutura do telhado de sua casa e que enquanto estava fazendo a reforma contra goteiras, funcionários ameaçaram aplicar uma multa no valor de 3 mil reais caso a reforma continuasse sem passar pelos trâmites legais da legislação do parque. O caiçara, que não tinha esse dinheiro, interrompeu a reforma e entrou com o pedido legal na sede do parque na praia da Fazenda. O processo está em trâmite desde fevereiro desse ano e o caiçara como solução está morando em outra casa até conseguir a liberação para a reforma.

Isso nos mostra como o parque consegue viabilizar o processo de expropriação tão caro à reprodução dos modos de produção tipicamente capitalista, pois em seu discurso o que valida a proibição do uso da terra é justamente a preservação da paisagem natural que coloca a natureza enquanto necessária desta preservação e que entende as formas de produção dos caiçaras como ambientalmente insustentáveis e esse discurso da «riqueza natural e da sustentabilidade» abrem condições reais para o Estado mediante

violência ter o respaldo legal de expropriar os caiçaras de sua propriedade.

O campo também mostrou que a legalidade do parque só funciona para a população mais pobre, visto que a maneira de impor tal legalidade é através da financeirização mediante o pagamento de multas de mesmo valor tanto para um caiçara reformando sua moradia como para um estrangeiro que comprou uma residência de um local e está triplicando a área construída para sua pousada. Como Picinguaba reúne turistas veranistas de alto poder aquisitivo a prática de multas se torna irrelevante e as restrições acabam por se efetivarem sobre aqueles que menos interferem na configuração da orla e praticamente ficam invisíveis no alto do morro diante das mansões e luxuosas pousadas no contorno da orla.

Percebe-se que a criação do Parque por mais que inicialmente tivesse o propósito de inibir a especulação imobiliária na região (principalmente na Vila), acabou por coibir o morador do lugar, nos permitindo inferir que a Vila apresenta um cenário de enormes conflitos: não é regularizada do ponto de vista fundiário, os moradores não possuem título de propriedade das suas terras, sendo considerada uma área de posses, como outras áreas do município de Ubatuba; os moradores não contam com serviços de infra-estrutura, como o saneamento básico, já que a área está incluída numa Unidade de Conservação de Proteção Integral, que somente permite o uso indireto de seus recursos naturais; e os moradores vivem um atual processo de expropriação da terra enquanto meio de produção juntamente com avanço contínuo das populações urbanas para a orla da Vila, o que imbrica novas relações entre população local e turistas veranistas.

Além dos conflitos moradores x Parque relacionados ao uso da terra há também uma conflituosidade ainda relacionada à terra, mas agora entre os moradores dos bairros que compõem a Vila, pois há uma legislação diferente sobre aqueles titulados como caiçaras e os integrantes quilombolas da Vila de Picinguaba moradores do bairro da Praia da Fazenda e do Sertão da Fazenda.

Uma série de questões levaram a comunidade a reivindicar o reconhecimento de um território quilombola entre a área do Sertão da Fazenda e a Praia de mesmo nome. O pedido de reconhecimento do quilombo, encaminhado à Fundação Palmares e à FITESP em 2006, gerou uma certificação pela Fundação, publicada em Diário Oficial, que já vem garantindo um conjunto de direitos aos quilombolas tais como: energia elétrica facilitada, telecentro (10 terminais de computadores em comunicação com a Internet, instalados na

antiga escola do Sertão), oficinas de música (Projeto Guri – Secretaria Estadual da Cultura), capacitação para produção de artesanato; bolsas de estudo; projeto para desenvolvimento do ecoturismo e artesanato (Associação de Remanescentes do Quilombo captando recursos externos); projetos relacionados à produção de polpa de juçara e a contratação de uma antropóloga para elaboração de um laudo antropológico.

“A primeira notícia que se tem da Fazenda Picinguaba remonta o final do século XIX, período em que faleceu Maria Alves de Paiva, proprietária da Fazenda. Em 1884 ela falece e em testamento declara o desejo que seus escravos sejam libertos e que possam habitar em certas áreas da Fazenda. A Fazenda Picinguaba possuiu vários proprietários até que no ano de 1943 seu novo dono Saint Claire adquire parte da Fazenda e nomeia o Sr. Leopoldo Braga o administrador da Fazenda Picinguaba. Leopoldo recebe a autorização de trazer 12 famílias para trabalharem através de usufruto, sendo proibidas de vender a arrendar suas terras.

Em 1951, a Fazenda Picinguaba foi hipotecada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo e perdurou esse domínio até 1974, por isso, a Fazenda Picinguaba também é conhecida como Fazenda da Caixa.

Em 1975, o trecho entre Ubatuba e Paraty (RJ) da rodovia Rio-Santos - BR 101 - foi construído e no ano de 1979 para controlar as grilagens e invasões de terra a Fazenda é anexada ao Parque Estadual da Serra do Mar.

No ano de 2005, a Fazenda Picinguaba recebeu o reconhecimento da Fundação Palmares como sendo um remanescente de Quilombo.”¹¹

A gestão do uso da terra nas mãos do parque acaba por imprimir formas de uso e de posse da terra de maneira diferenciada entre os moradores configurando espacialmente também diferentes formas de expropriação: enquanto os quilombolas mantêm seus meios de produção como a terra com o roçado e com a casa da Farinha, os caiçaras mantêm apenas a propriedade da casa (já construída e sem liberação para novas construções), sendo proibidos de extrair qualquer matéria-prima.

Isso nos permite inferir que há áreas diferenciadas dentro da mesma região turística da Vila de Picinguaba e, como característica comum a todos os ditos Estados-Nação, a gestão de seu território e população é um pressuposto, já que para ao gestor cabe possibilitar que a terra enquanto propriedade esteja formada, que o trabalho como força de trabalho possa ser explorado e que o capital possa circular livremente, permitindo

¹¹ http://www.quilombodafazenda.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75:historia&catid=47:historia

a (des)valorização do capital através da perpetuação de seu processo produtivo.

Por fim, o Estado enquanto viabilizador da reprodução ampliada de mercadorias tem que expandir a área de territorialização do capital, para criar a possibilidade de produzir novas mercadorias, assim como manter o consumo de outras através da aceleração da circulação de turistas pela mercadoria paisagem. Em trabalhos com as chamadas “populações tradicionais” ou “culturas populares” torna-se relevante analisar a conexão desses grupos com os conflitos de classe e com as condições de exploração e resistência, nas quais os mesmos se inserem, produzem e consomem. E, na contemporaneidade, entender como os atores hegemônicos agem integrando às políticas de dominação e resistência os grupos que almejam dominar com as submissões respectivas de seus produtos culturais.

* * *

Condições Lógicas

A (eterna) arte de expropriar o trabalhador

- Suporte teórico para uma discussão da crise ecológica: a natureza enquanto recurso natural

Partindo do consenso de que no modo de produção capitalista a interação entre ser humano e natureza tende à ser eliminada e reduzida à relação monetária e de que Marx teve boa parte de sua obra fundada na análise da relação entre economia e natureza, podemos assumir a pertinência da tradição marxiana para essa análise e não apenas através da obra de Marx, mas fundamentalmente através de seu método de análise do capital e da constituição e desenvolvimento do modo de produção e dominação capitalista, tornando assim possível a apreensão não só destes traços predatórios, mas de todas as tendências à transformação das forças inicialmente e potencialmente

produtivas em forças destrutivas, já inscritas nos fundamentos do capitalismo desde sua instituição.

A lógica insustentável de sociometabolismo do capital vem operando historicamente uma separação entre homem e natureza e a crítica à essa lógica predadora e destrutiva abrange toda a organização social, que vem sendo regida por processos de aceleração da produção de riquezas materiais, voltadas para o consumo de bens definidos pelo seu valor de troca que determina, por fim, a mercantilização da própria vida. Destacando os conceitos de Marx de metabolismo social e de fissura metabólica podemos perceber grandes perspectivas no método do materialismo histórico que parte desses conceitos para explicar o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a *natureza externa* e, ao fazê-lo, transforma sua *natureza interna*. Essa ação de transformar a natureza externa constituiria o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifestaria na forma como se estabelecem as relações sociais de produção, sendo possível assim analisar a hegemonia do sociometabolismo do capital como determinante na produção das relações sociais trabalhistas que imprimem a característica celular de nossa organização. Na relação entre homem e terra apresentada pela economia política do Capital, a concepção materialista de natureza alcança plena integração com a concepção materialista de história. Na economia política desenvolvida de Marx, o conceito de “metabolismo” foi empregado para definir o processo de trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza”, mas este processo de metabolismo sofre uma fissura irreparável em decorrência das relações de produção capitalistas que dentro da problemática histórica e teórica acerca das “condições de reprodução dos seres humanos” apresentam suas especificidades e particularidades relevantes à sua formação social e constituição histórica. Marx utilizou o conceito de “falha” na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material do homem dentro da sociedade capitalista sobre as condições naturais que formaram a base de sua existência – o que ele chamou “as perpétuas condições de existência humana imposta pela natureza”. Afirmando que o sistema capitalista é incapaz de respeitar as condições de sustentabilidade dos ciclos naturais e que “governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional” excede completamente as capacitações da sociedade burguesa¹², Marx aponta numa série de renomados estudos, as consequências negativas

12 Karl, Marx. O Capital, livro 1.

de modo intrínsecas ao capital que na sua relação objetivada se preocupa em sugar da 1^a natureza toda a forma possível de matéria-prima.

Nesta lógica, a crise ecológica pode ser lida, portanto, como uma expressão resultante da relação sociedade x natureza que vem destruindo suas duas fontes de riqueza: o trabalho e a 1^a natureza e, pode ser também compreendida como resultado próprio do modo de produção especificamente capitalista, e a análise de suas leis de movimento e tendências podem orientar uma melhor compreensão para a discussão acerca desse processo de escassez de recursos que vem nos dias de hoje a gestar uma nova relação sociedade x natureza que, por sua vez, tem no turismo o meio social e econômico de viabilizar uma nova indústria – a turística, que por trás da sua bandeira verde e sem chaminés traz a mesma relação mercantilista e objetificada das relações industriais “tradicionais” capitalistas (tradicionais, já que se busca escamotear a sua presença nas atividades ditas turísticas).

É o modo de produção capitalista que tem como basilar a produção de bens sob a forma de mercadorias como forma básica de funcionamento. O trabalhador aparece no mercado como vendedor de mercadorias, pois sendo um trabalhador “livre”, resta ao mesmo apenas vender a sua força de trabalho em troca de um salário. Os principais sujeitos deste processo, o capitalista e o trabalhador assalariado, encarnam o capital e o trabalho. Sendo assim, no processo de valorização das mercadorias, aonde se expressam a forma mercadoria e seu fetiche, as relações de circulação subvertem as relações sociais através de um processo de mistificação e reificação, transformando as relações entre os homens em relações entre coisas.

Podemos analisar as consequências negativas desse sistema econômico uma vez que a produção de mercadorias voltadas para o seu valor de troca é ilimitada e em função do lucro e essa produção ilimitada de mercadorias, ao longo do desenvolvimento capitalista, vem demandando a ampliação do volume de matérias-primas empregadas, gerando resíduos numa proporção e num ritmo sem precedentes.

O conceito de metabolismo social de Marx compreendido como esse processo através do qual a humanidade transforma a natureza externa e também a si mesma, situa o comportamento humano como elemento constitutivo do mundo natural. Desta forma, há a unidade do ser humano com a natureza enquanto parte desta. Mas Marx se dedicou em analisar não a unidade, mas justamente a autonomização operada no processo histórico que aliena o homem das condições naturais necessárias para a sua reprodução. Assim, a análise marxista reside no entendimento desta separação/alienação que gera uma fissura

ou falha do metabolismo com a natureza, engendrada pelo modo de produção capitalista que historicamente continuará a apartar o homem de seus meios de vida, uma separação que é totalmente estruturada apenas na relação do trabalho assalariado com o capital, o que nas palavras de Chico de Oliveira tenderia a uma homogeneização espacial, em que não existiriam mais regiões, apenas “zonas de localização diferenciada”¹³. Ao elucidar as formas de fissura com a natureza e as suas especificidades no capitalismo, Marx estabelece que a relação de unidade entre homem e a 1^a natureza foi substituída por um processo de trabalho subordinado e alienado. E são essas as condições de existência da propriedade privada, do trabalhador assalariado e da 1^a natureza enquanto recurso natural para indústria, que representam as condições essenciais para a reprodução do sistema econômico capitalista e que, em seu limite, pode nos levar à uma compreensão da situação (ou discurso) de crise ecológica enquanto uma ampliação da fissura metabólica.

O conceito de metabolismo é uma importante categoria na definição do processo de trabalho em que Marx o tornou central em todo o seu sistema de análise, enraizando nele a sua compreensão, num desenvolvimento teórico que apresenta este em sua forma mais geral (em contraposição às suas manifestações historicamente específicas) mediada por uma relação entre homem e natureza mais direta com o meio, um trabalho que produziria os valores de uso correspondentes a uma apropriação da natureza realizada a fim de satisfazer as necessidades humanas, sendo, portanto, a atividade através da qual o metabolismo entre homem e natureza é mediado. No capítulo do *Processo de Trabalho* do volume 1 do Capital o autor tece uma especificação do que seriam os objetos e os meios de trabalho desse “processo simples de trabalho” numa tentativa de mostrá-lo enquanto uma categoria trans-histórica e que se organiza de maneiras específicas, tentando assim opor às formas de trabalho intrínsecas do capitalismo.

“O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso – apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.” (Marx, livro 1 do Capital, O processo de Trabalho).

13 Oliveira, Chico de. Elegia para uma religião, pág 143.

Há teorias que criticam e colocam esse momento do Marx enquanto uma naturalização do trabalho ou mesmo dos valores de uso, mas vi nesse capítulo uma tentativa de explicar a relação homem e natureza fora de sua organização capitalista e por isso acredito ser pertinente para esse estudo sobre a população de Picinguaba que perpassa, a partir da expansão do turismo e da institucionalização do parque, um processo brutal e decisivo de exclusão dos seus meios de produção mais essenciais. Ainda que a apresentação histórica do capítulo anterior afirme que esse processo se desenvolve e se acentua desde a colonização com a acumulação primitiva de capital, a partir da década de 60 em diante a “aproximação” dos centros urbanos às populações caiçaras impuseram uma série de transformações não somente às relações produtivas, como também às relações de re-produção social que cada vez mais absorvem, aceitam, naturalizam e, portanto, fetichizam o mundo do trabalho especificamente capitalista, relações essas que crescem nas especificidades desse “outro trabalho” que não é apenas aquele gerador de valor de uso.

De acordo com Foster, Marx utiliza o conceito de metabolismo em todas as suas obras, variando o contexto: em um momento, ressalta a centralidade do termo indicando que o emprega como processo natural de produção da troca material entre o homem e a natureza, colocando como atrelado o círculo econômico à troca material associada à interação metabólica entre os seres humanos e a natureza. Já no momento do caráter universal da troca material, da qual a troca formal dos equivalentes econômicos na economia capitalista seria uma mera expressão alienada, Marx se referiria nos *Grundrisse* ao conceito de metabolismo no sentido mais amplo de “sistema de metabolismo social geral, de relações universais, de necessidades globais e capacidades universais ... formado pela primeira vez” sob a produção generalizada de mercadorias.¹⁴

Logo, o conceito de metabolismo foi empregado tanto para se referir à interação direta metabólica entre a natureza e a sociedade através do “processo simples do trabalho”, quanto, num sentido mais amplo, para descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente, das necessidades e relações geradas e reproduzidas de forma alienada no capitalismo, tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano e suas variações, permitindo assim expressar a relação humana com a natureza como uma relação que abrange tanto as “condições impostas pela natureza” quanto a capacidade dos seres humanos de afetar esse processo.

14 FOSTER, Jhon B. Cap. 5: O Metabolismo entre natureza e sociedade.

Mais do que isso, o conceito de metabolismo deu a Marx um modo concreto de expressar a alienação da natureza e da sua ligação com a alienação do trabalho e, durante algumas conversas no trabalho de campo deste TGI, pude perceber que a efetivação desse processo ainda está em curso, visto que algumas mudanças importantes ocorreram entre as últimas gerações dos pescadores de Picinguaba. Mudanças que se dão tanto nas formas de produção que estão tendendo a um processo cada vez mais incisivo de apartar os moradores da terra (seja pela proibição da roça e da caça ou pelo poder de especulação imobiliária), que acaba por construir uma relação extremamente competitiva entre os caiçaras e os veranistas, quanto mudanças na mentalidade dos moradores que acabam por assumir o discurso da paisagem construído pelo parque e pelo turismo no geral, legitimando assim a ideia da necessária preservação da natureza.

O caiçara ao assumir o discurso da paisagem natural, acaba por também enxergar a natureza enquanto algo externo a ele, diferentemente dos tempos anteriores à expansão urbana em que não havia essa ruptura tão claramente. E ao internalizar esse discurso acaba correndo o risco de não perceber o papel dele nessa “necessidade de preservação da natureza” de ser mão de obra para essa nova organização do trabalho a qual ele está cada mais inserido. Essa inserção ocorre por exemplo de um lado pelo parque que os proíbem de ter suas plantações e, do outro lado, as possibilidades que aparecem para ele de suprir essa proibição são totalmente relacionadas ao turismo (trabalhar como caseiro, como barqueiro levando os turistas até as outras praias ou outras formas de freelance), que, por sua vez, só existe na medida em que consegue ratificar o discurso da paisagem e o de preservação.

Na tese de Luchiari há entrevistas e fotos que mostram modos de produção um pouco mais diretos com a terra como as roças para a subsistência e a pescaria que muitas vezes era “paga” com a forma do quinhão, demonstrando que ainda não havia perpetrado totalmente as relações capitalistas em sua forma salário.

O desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial deveria ser compreendido através dos aspectos globais implicados tanto na acumulação primitiva quanto na fissura metabólica. O genocídio dos povos indígenas juntamente com a apropriação de riqueza da América fora basilar para a constituição de grandes fortunas à medida que proporcionaram a pilhagem dos recursos naturais da periferia do sistema e a exploração da 1^a natureza enquanto recurso. A criação de monoculturas como as de café e de açúcar para exportação destinada à Europa com trabalho escravo ou semi escravo, que inclusive estiveram presentes fortemente no litoral norte de São Paulo, operava o

roubo da periferia em favor dos países centrais e cicatrizava aqui as particularidades de seu papel de periferia na divisão internacional do trabalho.

O capitalismo na sua fase industrial vem a reiterar o processo de separação entre homem x natureza mediado pelo trabalho ao passo que aprofunda o desenvolvimento das condições técnicas que ampliam o domínio humano sobre o natural. O desenvolvimento do capitalismo nesta fase acelera a tendência de produção ilimitada de mercadorias, demandando a concomitante ampliação do volume de recursos naturais necessários a esta produção, verificando-se um processo de “criação de necessidades” (ou 2^a natureza por Kurz) que subordinam as necessidades humanas às da reprodução do capital. Tendo como referência a produção de Marx, é possível ressaltar a diferenciação entre riqueza material (valor de uso) e riqueza social (valor de troca) em que o processo do metabolismo social é o que gera a riqueza material, ou seja, aquela natureza adaptada às necessidades humanas. Mas este metabolismo, sob específicas relações sociais de produção e outras formas de organização de consciência, opera a transformação da riqueza material em riqueza social.

Portanto, é no modo de produção capitalista, através de suas relações sociais, que o valor da natureza, dada pelo seu uso, se submete à valorização atribuída pela sociedade. Neste sentido, o valor de uso é subordinado ao valor de troca, ou seja, a valorização da natureza tanto externa ao homem, como a natureza transformada para seu uso, é dada no capitalismo, pela sua capacidade de ser trocada por outra mercadoria ou por dinheiro.

Considerar, então, que as raízes da atual questão ambiental se localizam no período histórico da acumulação primitiva do capital, que através da expropriação das terras de uso comum e da consequente expulsão dos produtores camponeses operou a separação entre o homem e a natureza, demonstra que a pilhagem dos recursos naturais é uma tendência intrínseca ao capital, que vem sendo reafirmada no seu curso e agravada no atual processo de acumulação capitalista hegemonizado pela financeirização em função da ampliação da escala e do ritmo cada vez mais acelerado de produção, demandando novos espaços sociais e físicos.

Sendo assim, podemos pensar que a continuidade do modo de produção capitalista, orientado prioritariamente pela maximização dos lucros, conduz, tendencialmente, a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho por um lado, e, por outro, à deterioração da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza, é ter como certo que não há como utilizar de modo

sustentável e mais duradouro seus recursos. Aliás, essa percepção do natural enquanto recurso implica justamente uma relação de caráter exploratório sobre este, mostrando que o problema consiste exatamente em considerar a natureza como mercadoria em potencial e é essa relação de dominação mecanicista sobre a natureza que sempre esteve presente no sistema de reprodução de mercadorias. O debate do cultural “desenvolvimento sustentável” ignora a característica básica da manutenção do sistema capitalista que é o caráter do princípio abstrato da valorização e do crescimento, que não possui nenhum senso para as qualidades materiais ecológicas e sociais e, por isso, é também completamente incapaz de tomá-las em consideração.¹⁵

Entender esse histórico que ratifica o discurso da atual crise ecológica se faz pertinente para a análise do fenômeno do turismo na medida em que essa crise expõe que o modo de reprodução capitalista tem no seu cerne uma lógica quantitativa em que a natureza sempre foi entendida como recurso natural do processo produtivo realizador de valor, portanto, produtor de mercadorias. Essa realização social da 1^a natureza enquanto recurso natural implicou, ao longo dos séculos, numa impossibilidade desta de repor seus próprios ciclos servindo, no limite como pressuposto para uma nova percepção da natureza, aonde esta agora se mostra rara e se coloca no imperativo da preservação, mas que ainda se realiza como mercadoria.

Considerando ter existido uma união – ainda que relativa e variável – entre o trabalhador e seus meios de vida, ou seja, entre o trabalhador e sua natureza externa, a organização capitalista, por sua vez, é aquela que tende a separar de forma absoluta o trabalhador de seus meios de vida. Este quando assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção e está separado dos instrumentos como intermediários de seu corpo em relação à natureza externa – dependendo assim de vender sua força de trabalho para comer; e está separado do próprio processo de produção como atividade transformadora. É livre, mas essa liberdade pode ser entendida como isolamento, alienação com respeito à natureza externa; é livre porque foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre porque suas condições de sobrevivência estão cada vez mais dependentes desse trabalho moderno capitalista alienado, que o deixa livre de tudo para poder ser livre para o trabalho.

Mesmo Marx construindo uma teoria trabalhista sobre o valor, ele também mostra como a riqueza é, em primeira instância, natureza adaptada às necessidades humanas e

15 KURZ, Robert. O desenvolvimento insustentável da natureza.

essa natureza adaptada ele chama de valor de uso, que, por sua vez, se expressa somente por meio do valor de troca na sociedade capitalista. Logo, a natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro, mostrando que a natureza é valorizada em função da história particular que a sociedade tem com o seu entorno. E é por isso mesmo que o sistema capitalista tem de criar zonas de proteção ambiental, parques nacionais, áreas de conservação etc., acobertando, assim, a natureza de sua apropriação. Essa legislação é a demonstração mais clara de que a propriedade privada é a causa da depredação e degradação da natureza e não a propriedade coletiva, como preferem dizer os defensores do ambientalismo neoliberal. Quando o capital se apropria de condições naturais “virgens” apropria-se da natureza gratuitamente.

* * *

A Falácia Do Tempo Livre:

Apesar da cidade ter locais designados para o lazer, há quem prefira sair dos adensamentos urbanos nos seus momentos de folga do trabalho, buscando na relação cidade-campo o contraste da satisfação. É no campo que julgamos encontrar a natureza intocada, paisagem esta que historicamente e socialmente vem se constituindo como a representação ideal do que seria uma paisagem verdadeiramente natural. Essa busca vem como possibilidade de fugir do repetitivo, da rotina de trabalho, inclusive do espaço da vida cotidiana, e as férias remuneradas vem, pelo outro lado, como a possibilidade real garantida pelo Estado de efetivação dessa busca. É em uma agência de turismo dentro de algum shopping que aceitará um financiamento para ser consumido na Amazônia, nas praias ou mesmo na “gringa”.

O turismo é resultante de uma reprodução específica do modo de vida fundado no consumo, que, por sua vez, é a reprodução do modo de acumulação capitalista baseado na lógica mercantil de circulação de mercadorias. É possível entender que essa circulação de mercadorias atinge todas as esferas da vida, e o turismo é o fenômeno que vai permitir essa circulação num espaço e tempo para além daquele da fábrica. Para isso

são necessários e mantidos alguns fetiches que sustentam e colocam na pauta de hoje a atividade turística. Entre eles o fetiche do tempo livre ou do tempo de não trabalho que ideologicamente sustenta um imaginário de que nas visitas às paisagens naturais não estariam sendo reproduzidas as mesmas formas de produção que se desenvolvem no centros urbanos.

Picinguaba é uma das praias brasileiras que, se por um lado é reduto natural protegido e transformado em parque estadual, por outro lado, é também uma praia que nas ultimas décadas apresentou uma estruturação urbana totalmente voltada para a indústria turística. Novas residências construídas como segunda casa daqueles mais afortunados, as residências dos caiçaras sendo transformadas em casas de veraneio, a pesca que quando praticada por eles se restringem à exclusiva troca por dinheiro, sendo que cada vez mais os descendentes desses pescadores já tem seu primeiro emprego na área de serviços para turistas. Somente ignorando todas as relações de produção que envolvem essas mudanças que é possível acreditar na atividade turística como algo independente das relações de produção mais “típicas” do capitalismo. Sendo assim, o discurso da indústria de chaminé verde se mostra inviável. O turismo não pode ser considerado como um momento de não trabalho à medida que somente se viabiliza através da manutenção da lógica mercantil de circulação de mercadorias, o que, por sua vez, implica na expropriação do homem sobre seus meios de produção, implica no caso de Picinguaba expropriar efetivamente o caiçara de sua casas e da alguma autonomia que ainda mantinha.

Para se dedicar um pouco à análise da expressão “tempo livre” é necessário partir do princípio básico que o caracteriza que é o fato deste se constituir exatamente na relação de oposição com o tempo de trabalho: “*O tempo livre é acorrentado ao seu oposto*”¹⁶, é aquele momento de desejo de estar fora das imposições da massante rotina, mas que por outro lado, esse desejo se realiza somente em oposição às características do tempo conscientemente caracterizado como sendo do trabalho. É na sua oposição que o tempo livre se efetiva, portanto, por mais independente que pareça o tempo livre realizado no turismo, ele é nada mais que uma outra aparência do tempo “oficial” de trabalho fetichizado sob as relações de reprodução capitalistas. A rígida delimitação do tempo de trabalho do tempo livre não compete a uma diferenciação entre viver no capitalismo e viver fora dele/no natural, isso tenta se realizar no campo da consciência das pessoas, assim como a possibilidade de fuga dessa cotidianidade aparece apenas

16 Adorno Theodor. Ensaio sobre “tempo livre”.

como representação, já que a mais real delimitação vem praticamente a diferenciar o quê e como será consumido, visto que a atividade turística é também organizada em função do lucro.

Assim se repensa a correlação entre tempo de trabalho e tempo livre em sua forma negativa. O crescimento do turismo (incluindo suas variações de ecoturismo, turismo rural, selvagem, etc) associado ao tempo livre não pode mais ser lido e satisfeito dentro da leitura positiva, visto que é resultado da crise da forma social e também componente de sua manutenção fetichizada.

Cada vez mais o tempo livre é tempo do trabalho e vice-versa, tal qual produção é imediatamente consumo. Posto pela lógica da valorização todo tempo é tempo do capital. Já não há redutos muito menos fugas.

Se pelo lado do turista a própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio, pelo lado caiçara, apresentado nesse estudo, o comércio vem para institucionalizar o oposto, o seu tempo de trabalho com suas novas organizações temporais e espaciais. É o turismo que ratifica a organização em torno do trabalho e como expressão de uma nova relação entre sociedade capitalista e natureza sua realização implica em ter as mesmas características lógicas de expropriação da sociedade industrial de mercadorias. Nesse sentido, o natural – já objetificado enquanto natureza – também se constitui como fetiche à medida que continua sendo subsumido e coisificado enquanto uma possível mercadoria, agora uma mercadoria verde.

1 o turismo e a manutenção do tempo de trabalho

Se por um lado o turista vive essa ilusão de que está em um momento alheio ao seu oficial tempo de trabalho, aquele tempo que requer constantemente produtividade, por outro lado, os pescadores de Picinguaba realizam cada vez mais variados serviços do e para o turismo. Em um momento do trabalho de campo um caiçara disse que já tinha saído da pesca há quase 10 anos quando começou a trabalhar como caseiro e barqueiro de um italiano morador residente em Picinguaba. Além de trabalhar na casa à beira da praia, o pescador também era responsável por cuidar de uma outra residência e de uma escuna mantidos na Ilha das Couves indo para lá 2x por semana. Uma curiosidade das relações de trabalho é que quase nenhum caiçara tem serviço registrado em carteira de trabalho ou mesmo por contrato temporal; os pagamentos eram mensais, mas sem um salário fixo, pois o dinheiro pago pelo proprietário da casa variava de acordo com os dias trabalhados e as funções exercidas, visto que o caiçara também era responsável por fazer

passeios de barco com os amigos e familiares do gringo que os recebia frequentemente e gostava de levá-los às praias próximas e também a sua residência na Ilha. Quando questionei se havia a necessidade de voltar a pescar, respondeu que estava tentando comprar um motor para o seu barco e daí conseguir “*parar de trabalhar pros outros*” e trabalhar fazendo passeios de barco para a Ilha das Couves e as praias próximas diretamente com os turistas. Além disso esperava que com o barco conseguisse vender peixe, mas não para as peixarias das cidades, mas pescado voltado diretamente para os proprietários dos restaurantes da orla de Picinguaba, onde um barco pequeno seria fisicamente suficiente e “o dinheiro vem ali na hora”.

Uma outra curiosidade desse relato é que quem coloca o preço do pescado é o proprietário do restaurante e não o pescador. Antônio disse que nas épocas próprias de sardinha e de lula, quando as vezes ele participava (o que foi se tornando mais raro, pois o trabalho exigido nas duas casas do italiano acabam por tomar muito do seu tempo) em nenhum momento ele colocou preço mínimo no seu serviço. E isso ocorria só nos dias de hoje nessa relação “mais direta” com o dono do restaurante, como também há décadas atrás quando ele praticava a pesca oceânica e chegava a ficar um mês em alto mar, também não colocava preço mínimo, pois este era imposto pelo atravessador que também impunha uma quantidade mínima e o dia certo do embarque que ia de Picinguaba por carro levando o pescado dos caiçaras diretamente para os mercados centrais e as peixarias do centro de Ubatuba e de Santos.

Nessa conversa foi possível perceber como a expansão do urbano vem a costurar outras formas de produção diferentes daquelas presentes nos relatos das teses de Luchiari, se antes esses lavradores pescadores viviam uma rotina menos segmentada, agora esses pescadores trabalham dia e noite, verão e inverno, época de sardinha ou lula, construindo uma noção temporal totalmente segmentada pela necessidade de trabalhar.

Parece também que há uma necessidade em escolher ser pescador ou não, pois a pesca para os grandes mercados exige dos pescadores a exclusividade da sua produção e também praticamente exige um tempo maior de trabalho, às vezes meses em alto mar a fim de se atingir uma grande quantidade de pescado. Além disso, foi relatado que se o atravessador descobrir que o pescador está vendendo o pescado para os restaurantes ou outros mercados menores, ele corta a relação trabalhista e deixa de comprar o pescado.

Ou seja, ou ele se torna um pescador exclusivo para os mercados centrais sendo vigiado pelo atravessador que também lhe impõe as outras exigências já citadas, ou ele abandona a atividade pesqueira para assim ter tempo disponível para os veranistas como caseiro ou barqueiro nas luxuosas escunas.

Se à época da expansão do urbano para essa região (que se encontrava isolada devido à regressão econômica de sua participação no café) os lavradores – pescadores passam à função de pescadores exclusivos na tentativa de aumentar quantitativamente sua produção e assim ser interessante para um atravessador; esse momento da expansão da atividade turística caminha no processo de pescadores exclusivos para trabalhadores do setor de serviços (turísticos). Em Picinguaba, pelo menos, os caiçaras que conversei que ainda eram pescadores também trabalhavam ou para alguma pousada ou para a propriedade residencial dos mais abastados como caseiro ou pedreiro, mas sua maioria, falava da pesca enquanto uma atividade residual, que se tornou pontual com a troca sendo realizada ali mesmo na praia diretamente com os proprietários dos restaurantes.

Das conversas do trabalho de campo, nenhuma delas foi feita com um caiçara que trabalhava apenas com a pesca.

Como resumo final, temos a perda da importância econômica como fator que desloca o eixo do povoamento deixando a região em abandono, restando núcleos populacionais isolados até a construção da BR-101. Isolamento este que culmina na construção de uma “população tradicional”, aonde atualmente, no contexto da expansão do turismo, tem grande parte da população caiçara e seus descendentes da Vila de Picinguaba já ligados às atividades urbanas (como caseiros, na construção civil, órgão público, pequenos comércios, etc). Com a intensificação do fluxo turístico a terra passou a configurar uma mercadoria, fazendo com que muitos deles fossem, direta ou indiretamente, expulsos de suas terras e embora o crescimento da Vila esteja assumindo formas diferenciadas, há o predomínio da especulação imobiliária e especialização das atividades econômicas centradas no turismo, influenciando, assim, na própria atividade do caiçara que além da expansão turística com a especulação também tem o Parque como agente proibitivo da manutenção da terra enquanto meio de produção.

A Vila, assim, apresenta uma configuração conflitiva na relação entre terra – trabalho – capital e o trabalho de campo mostrou que a territorialização desse conflito corresponde tanto à formas diferenciadas no espaço (como o acesso à terra enquanto

meio de produção no que concerne às especificidades da legislação do parque com os moradores caiçaras e os quilombolas), quanto a um processo de homogeneização próprio do capital dessas populações com a expansão do turismo.

ADORNO, Theodor. **Tempo livre.**

ALFREDO, Anselmo. **A crise ecológica como crítica objetiva ao trabalho: O turismo como “ilusão necessária”.**

ALFREDO, Anselmo. **Reprodução crítica, modernização contraditória: o tempo como fetiche de razão na irracionalidade espacial do Capital.**

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate ambiental.**

BESPALEC, Paula da Silva. **A territorialidade caiçara e os conflitos na vila de picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar – sp).** Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 2011.

FOLADORI, Guillermo. **O Capitalismo e a crise ambiental.** Artigo na revista Raízes, Ano XVIII, No 19. maio de 1999.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. **Divisão social do trabalho e nova regionalização.** Revista do Departamento de Geografia. PDF disponível em <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47065/50786>. Acessado em outubro de 2016.

GROSSI, Mônica Aparecida. **Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista.** Revista online *Libertas*, volume 9, número 1. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

KURZ, Robert. **O desenvolvimento insustentável da natureza.** Artigo disponível no site OBECO

KURZ, Robert. **A privatização do mundo.** Artigo disponível no site OBECO

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Paz e Terra, 6^a edição. Rio de janeiro, 1992.

LUCHIARI, Maria Teresa D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP.** Tese do Doutorado da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Campinas/SP: 1999

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Grundrisses: Elementos fundamentais para a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(lí)gião.** Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. São Paulo: Novos Estudos, 7(18), 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200003. Acessado em novembro/2016.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Crise ecológica e crise(s) do capitalismo: O suporte da teoria marxista para a explicação da crise ambiental.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.10 n.19 Junho de 2013.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Recurso Natural: a construção de um conceito.** Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, SP, número 20. 2006.